

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras – Mestrado em Linguística e
Língua Portuguesa

Nayara Kelly Ferreira dos Santos

**A (IN)VISIBILIDADE DA IDENTIDADE DE GÊNERO NÃO-BINÁRIO:
uma análise discursiva sobre o debate nas redes sociais no em torno dos gêneros
gramaticais**

Belo Horizonte

2022

Nayara Kelly Ferreira dos Santos

**A (IN)VISIBILIDADE DA IDENTIDADE DE GÊNERO NÃO BINÁRIO:
uma análise discursiva sobre o debate nas redes sociais no entorno dos gêneros
gramaticais**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras – Linguística e Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof.^a Dra. Daniela Lopes Dias Ignácio Rodrigues

Área de concentração: Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de Pesquisa: Linguagem e Enunciação: Interações Sociais e Práticas Discursivas.

Belo Horizonte

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S237i Santos, Nayara Kelly Ferreira dos
A (in)visibilidade da identidade de gênero não-binário: uma análise discursiva sobre o debate nas redes sociais no em torno dos gêneros gramaticais / Nayara Kelly Ferreira dos Santos. Belo Horizonte, 2022.
83 f. : il.

Orientadora: Daniela Lopes Dias Ignácio Rodrigues
Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Letras

1. Identidade de gênero. 2. Minorias sexuais. 3. Teoria Queer. 4. Análise do discurso. 5. Redes sociais. 6. Mídia digital. 7. Comunicações digitais. 8. Linguagem e línguas - Variação. I. Rodrigues, Daniela Lopes Dias Ignácio. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 801:3

Nayara Kelly Ferreira dos Santos

**A (IN)VISIBILIDADE DA IDENTIDADE DE GÊNERO NÃO BINÁRIO:
uma análise discursiva sobre o debate nas redes sociais no entorno dos gêneros
gramaticais**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras – Linguística e Língua Portuguesa.

BANCA EXAMINADORA

Daniela Lopes Dias Ignácio Rodrigues (PUC Minas) – Orientadora

Fabiana Cristina Komesu (UNESP) – Banca examinadora

Jane Quintiliano Guimarães Silva (PUC Minas) – Banca examinadora

Belo Horizonte, 24 de Fevereiro de 2022

*Ao meu maior exemplo de
força, superação e amor:
Ana Cecilia.*

Agradecimento

Minha eterna gratidão é direcionada a algumas pessoas que contribuíram imensamente para o meu desenvolvimento pessoal e acadêmico. Em primeiro lugar, agradeço a Deus por me permitir chegar até aqui e alcançar lugares nunca antes imaginados. Também sou grata à minha irmã e afilhada Ana Cecília por ser minha maior motivação na vida, quem me ensina sobre paciência, amor e superação, e sem ela jamais teria me matriculado no mestrado.

Agradeço aos meus pais, Lindalva e Rui, por todo apoio moral e financeiro, pois foi através deles que aprendi valores primordiais para me tornar quem sou hoje. De forma semelhante, agradeço ao meu noivo, que enxugou minhas lágrimas em momentos de desespero, gravou aulas, ajudou a digitar as citações presentes nesta dissertação e vibrou comigo em cada trabalho apresentado e versão enviada. Ele se mostrou presente em um dos momentos mais difíceis da minha vida e isso jamais cairá no esquecimento. À tia Olívia por me ajudar a manter as demais pessoas da casa em silêncio durante as minhas aulas e reuniões e às minhas tias Maria e Raquel, que compreenderam minha ausência nos últimos anos.

Explicito e deixo marcado aqui minha gratidão à FAPEMIG por permitir que eu realize a pesquisa através da bolsa de fomento! Agradeço também imensamente a banca composta por Jane Quintiliano Guimarães Silva e Fabiana Komesu por aceitarem o convite de me prestigiar na defesa da dissertação. Suas contribuições, apontamentos e considerações são de gigantesca relevância tanto para o meu trabalho quanto para meu crescimento acadêmico e pessoal. Não deixo de agradecer a minha orientadora Daniella Lopes por toda paciência e compreensão, tanto no decorrer das aulas que precisei me ausentar, quanto no desenvolvimento de minha pesquisa. Suas observações, que são sempre bem-vindas, permitiram essa conquista.

“And now I'm just trying to change the world, one sequin at a time.”

(Lady Gaga)

Resumo

O binarismo tem marcado as sociedades e estabelecido relações de poder, e através dele o sistema patriarcal ganha força ao marcar a superioridade masculina em relação ao gênero feminino. As restrições e punições sobre o corpo da mulher, desde a origem do patriarcado, se tornaram incontáveis. Todavia, como o sujeito não binário não consegue visibilidade dentro desse sistema, não se identificar como macho ou fêmea o coloca em uma posição inferior ao oprimido. Portanto, militantes feministas e membros da comunidade LGBT uniram forças e, aproveitando-se do alcance proporcionado pela internet, propuseram uma alteração na língua, esta que coloca o feminino em segundo plano e não inclui o gênero não binário. A neutralização dos gêneros gramaticais começou a ser utilizada e discutida em um curto espaço de tempo nas redes sociais, causando incômodo em alguns e sentimento de inclusão em outros. No contexto dessas questões, a pesquisa teórica foi realizada à luz da Análise do Discurso de orientação francesa, também da Análise do Discurso Digital sob a perspectiva da Teoria Queer e da Teoria das Mídias Digitais. O objetivo deste trabalho é analisar discursivamente os comentários realizados na rede social *Facebook*, a fim de verificar as posições-sujeito e as formações discursivas. Para tanto, a seleção do *corpus* aconteceu a partir de uma publicação em um grupo, que perguntava qual era o posicionamento das pessoas acerca da inclusão não binária na língua portuguesa e, em seguida, os comentários gerados em resposta a este questionamento foram subdivididos em três posições-sujeito: identificação plena, desidentificação e contraidentificação com a Forma-Sujeito da Formação Discursiva de luta LGBTQ+ pela inclusão do sujeito não binário na língua portuguesa. Assim, a análise discursiva possibilitou verificar as formações discursivas às quais os sujeitos estavam inscritos, de forma a marcar suas inscrições ideológicas. Com tal característica, é natural que seja impossível não se posicionar acerca de qualquer assunto, já que a formação ideológica é expressa pela formação discursiva que denuncia a posição-sujeito. A neutralidade discursiva é, então, uma ilusão desempenhada por escolhas lexicais e, se tratando de uma ilusão, não corresponde ao posicionamento discursivo dos sujeitos.

Palavras-chave: Comentário. Análise do discurso. Formação discursiva. Posição-sujeito. Ideologia. Não binário. Língua. Gênero.

Abstract

Binarism has marked societies and established power relations, and through it the patriarchal system gains strength by marking the male superiority over the female gender. The restrictions and punishments on women's bodies, since the origin of patriarchy, have become countless. However, the non-binary individuals do not have visibility within this system, not identifying himself as male or female puts them in a position inferior to the oppressed. Therefore, feminist activists and members of the LGBT community joined forces and, taking advantage of the reach provided by the internet, have proposed a change in language, the same that places the feminine in the background and does not include the non-binary gender. The neutralization of grammatical genders began to be used and discussed in a short period of time on social networks, causing discomfort in some and a feeling of inclusion in others. In the context of these issues, theoretical research was conducted in the light of the French-oriented Discourse Analysis, also the Digital Discourse Analysis from the perspective of Queer Theory and the Digital Media Theory. The objective of this work is to discursively analyze the comments made on the social network Facebook, in order to verify the subject-positions and discursive formations. For this, the selection of the corpus happened from a publication in a group, which asked what was the position of people about the non-binary inclusion in the Portuguese language and then the comments generated in response to this question were subdivided into three positions-subject: full identification, disidentification and counter-identification with the subject-form of the Discursive Formation of LGBTQ+ struggle for the inclusion of the non-binary subject in the Portuguese language. Thus, the discourse analysis made it possible to verify the discursive formations to which the subjects were inscribed, in order to mark their ideological inscriptions. With such a characteristic, it is natural that it is impossible not to take a position on any subject, since the ideological formation is expressed by the discursive formation that denounces the subject-position. Discursive neutrality is, then, an illusion performed by lexical choices and, being an illusion, it does not correspond to the discursive positioning of the subjects.

Keywords: Comment. Speech analysis. Discursive formation. Subject position. Ideology. Not binary. Language. Gender.

Lista de abreviações e siglas

AD	Análise do Discurso
ADD	Análise do Discurso Digital
FD	Formação Discursiva
LDRV	Lana Del Rey Vevo
LGBTQ+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers e outros
LP	Língua portuguesa
NB	Não Binário
PCD	Pessoa Com Deficiência

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 A inspiração.....	10
1.2 O tema.....	11
1.3 O percurso da pesquisa	12
2 A SOCIEDADE E A LUTA QUEER.....	15
2.1 A relação de poder do opressor sobre o oprimido.....	15
2.2 A Teoria Queer.....	19
2.3 A importância da internet para a luta queer.....	22
2.4 O sujeito da Análise do Discurso.....	24
3 TEORIA GRAMATICAL DO GÊNERO NA LÍNGUA PORTUGUESA	29
3.1 Organização do corpus no campo digital	33
3.2 Critérios de organização do corpus e categorias analíticas de investigação	34
3.3 O debate sobre a neutralidade de gêneros gramaticais	35
3.4 Os comentários.....	38
3.5 Plena identificação.....	39
3.6 Desidentificação	47
3.7 Contraidentificação	58
4 CONCLUSÃO	73
REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78

1 INTRODUÇÃO

1.1 A inspiração

Em meu lar, passei a infância ouvindo histórias contadas por minha mãe sobre como foi preciso ela lutar contra alguns homens que queriam se aproveitar da sua aparência frágil na adolescência. Essas narrações transformaram-na em uma verdadeira heroína na minha imaginação. Para mim, eu tinha uma mãe que percorria as ruas com capa, máscara e toda a vestimenta característica dos heróis e que, assim, ela lutava contra os homens maus.

Os anos se passaram e eu atingi a adolescência. Nesse período, percebi que alguns homens queriam se aproveitar não só de mim, mas das minhas amigas também. Foi neste momento que entendi que a minha mãe não era a única heroína, mas que todas as mulheres são. A capa, a máscara e a vestimenta de herói sumiram da minha imaginação, mas a necessidade de lutar sempre permaneceu presente. Entendi que aquelas histórias eram um preparativo para o que a sociedade me reservava. A preocupação da minha mãe era de ter colocado uma mulher em um mundo governado pelos homens, de como eu sofreria as punições e restrições por ter nascido com uma anatomia feminina. Sentir na pele a injustiça, a dor, a tristeza e a força de ser mulher me influenciaram a estudar o feminismo.

Até então, minha luta era binária, eu conhecia apenas homens e mulheres cisgêneros. Não tinha contato algum com a cultura da comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT). Eu vivia imersa em uma bolha cristã de extremo conservadorismo e aliar-me ao feminismo já era considerado um grande ato de rebeldia. Quando comecei o curso de Letras, no Instituto de Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, estourei essa bolha que tanto limitava minha concepção de mundo.

Durante o curso conheci a diversidade de uma maneira muito alegre, mas não imaginava as lutas enfrentadas pelos membros da comunidade LGBTQ+, que iam desde o processo de autoconhecimento até o de lutar por visibilidade e espaço na sociedade. Nesse período do curso, fiz uma grande amizade com uma pessoa que vivia um enorme desconforto acerca do gênero que lhe foi imposto na nascença, em conflito com a feminilidade que não reconhecia inteiramente, mas que tampouco se identificava completamente com a masculinidade. Deparei-me com algo único, intrigante e

extraordinário: a não binariedade.

No ano de 2019, percebi o crescimento exponencial de uma prática exercida nas redes sociais que, além de me chamar atenção, causava incansáveis debates nos corredores da universidade. Tratava-se da neutralidade de gêneros gramaticais, a fim de incluir pessoas de gênero não binário na língua, como exemplificado na seguinte captura de tela da rede social *Twitter*:

Imagem 1- Diálogo no *Twitter*



Fonte: *Print screen do Twitter (2021)*

Neste diálogo, o primeiro enunciador inicia a conversa com um elogio: “perfeição na forma humana aí” e a resposta do segundo sujeito é construída com o método de neutralização de gênero gramatical: “falou *e* mais *linde* desse país”. Como os substantivos na língua portuguesa apresentam apenas dois gêneros gramaticais – feminino ou masculino –, tais representações linguísticas excluem os gêneros sociais que não se limitam à binariedade. Dado isso, usuários das redes sociais adotaram algumas estratégias para alcançar essa visibilidade, como a alteração na base ou raiz de pronomes, artigos e, no caso de substantivos, a supressão da vogal temática (–a ou –o), acrescida de algum dos seguintes sinais gráficos: –x; –@; –e; –i e –u.

O fato de estudar a língua colaborou com o estranhamento e fascínio dos meus colegas de curso, fazendo as opiniões sobre a marcação não binária serem das mais diversas e sempre acompanhadas de argumentos. E nas redes sociais não era diferente, já que a discussão estava também sempre presente.

1.2 O tema

No final do curso tive meu primeiro contato com a Análise do Discurso (AD) e, por consequência, descobri o que são as Formações Discursivas (FD) sob a ótica de

Pêcheux (1995, 1997a, 1997b, 2015). Aprendi sobre como o sujeito é ideologicamente marcado e, portanto, que apresenta sempre um posicionamento discursivo. Foi nesse momento que fiz o seguinte questionamento: “há, de fato, algum posicionamento neutro nos discursos sobre a inclusão não binária na língua?”.

É inegável que o uso da estratégia de neutralização dos gêneros gramaticais com o objetivo de contemplar os demais gêneros sociais já é uma realidade. Então, se há falantes utilizando novos pronomes e marcadores de gênero, há aí um valioso objeto de pesquisa para a área de Letras. Algumas pessoas aderem à luta de visibilidade não binária, outras não e há ainda quem se apresente como “neutro” diante da discussão. Entretanto, como o sujeito falante da língua é interpelado pela ideologia, seu posicionamento discursivo é inevitável. Para Orlandi (2005), através da língua o sujeito apresenta uma ideologia no seu discurso, ou seja,

todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras dos sujeitos. Como dissemos, o discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia. (ORLANDI, 2005, p. 36)

Isso posto, esta pesquisa teve como objetivo analisar, por meio dos aportes da Teoria *Queer*, da Análise de Discurso de orientação francesa e da Teoria das Mídias Digitais, a posição-sujeito e as formações discursivas acerca da estratégia de neutralização de gêneros gramaticais como forma de visibilidade e inclusão de pessoas do gênero não binário na língua. A partir disso, verifiquei como, discursivamente, seus argumentos se constroem e como essa posição acerca do assunto se materializa linguístico-discursivamente, com a hipótese de que não há neutralidade nos posicionamentos discursivos.

1.3 O percurso da pesquisa

Este trabalho se respalda em três áreas que dialogam entre si: Teoria *Queer*, Teoria das Mídias Digitais e Análise do Discurso. Primeiro, é necessário frisar que a análise teórico-metodológica dessa dissertação é ancorada, principalmente, na Análise do Discurso de linha francesa, tratada por Pêcheux (1995, 1997a, 1997b, 2015), Orlandi (2001, 2005, 2007, 2014, 2017) e Indursky (2008), como também na Análise do Discurso Digital (ADD), que se trata de uma análise qualitativa de discursos oriundos da internet, discutida por Paveau (2021). Além disso, levei em conta a questão da contemporaneidade na língua e, portanto, considerei os ensinamentos de Lagares (2018)

e de Moita Lopes (2013), ainda que estes não sejam analistas do discurso, mas que atuam em Política Linguística e Linguística Aplicada, respectivamente. A escolha desses últimos autores se deu pela discussão aproximada da Teoria *Queer* (BUTLER, 1990, 2019; SALIH, 2019), uma vez que ambos buscam compreender a demanda social dos falantes.

Para entender como aconteceu o surgimento da internet, seus impactos sociais e o funcionamento do universo digital, fundamentei as pesquisas em Castells (2018, 2019, 2020a, 2020b) e, ao passo que conceitos de virtualidade, tecnologias da inteligência e cibercultura surgiam, recorri aos estudos de Lévy (1993, 1996, 2000) para basear a pesquisa. Ademais, após realizar essas leituras, percebi determinada necessidade de embasar a pesquisa na Teoria das Mídias Digitais, tratada na obra de Martino (2015). Dessa forma, consegui compreender o funcionamento e os impactos do universo digital, do qual retirei o *corpus* do trabalho.

Considerando que esta dissertação apresenta um tema que surgiu através da luta dos oprimidos contra os opressores, atentei-me aos ensinamentos de Foucault (1984), em sua obra **Microfísica do Poder**, e nos estudos de Sousa e Paixão (2015) acerca dessa publicação. Além disso, levar em conta o sistema patriarcal vigente em nossa sociedade é de grande relevância para a construção do aparato teórico sobre as relações de poder, portanto, também me ancoréi na obra de Lerder (1986), para compreender a opressão das mulheres pelos homens.

A história da sexualidade, discutida por Foucault (1984a, 1984b) e estudada por Spargo (2019), também é relevante para entender que a humanidade nem sempre foi presa ao padrão heterossexual, pois há corpos diferentes e desejos/atrações diversos desde o início dos registros sociais. Essa pluralidade de corpos, subjugados como estranhos, como abordado por Louro (2004), nos leva diretamente à Teoria *Queer* proposta por Butler (1990, 2019) e estudada por Salih (2019), que afirma que “a teoria *queer* empreende uma investigação e uma desconstrução dessas categorias, afirmando a indeterminação e a instabilidade de todas as identidades sexuadas e “generificadas”” (SALIH, 2019, p. 20).

Assim, concebo como base estrutural desta dissertação a Teoria *Queer* somada à Teoria das Mídias Digitais e à AD. Ressalto que não tenho como interesse desvincular essas áreas, pois este trabalho foi pensado com essas vertentes funcionando juntas. Portanto, nos capítulos teóricos elas não serão segregadas.

Dessa forma, este trabalho está dividido em quatro capítulos, contando com este

primeiro da Introdução. No segundo capítulo, apresento o quadro teórico-metodológico subdividido em quatro pontos de discussão, respectivamente: a relação de poder dos opressores sobre os oprimidos; a Teoria *Queer*; a importância da internet para a luta *queer* e, por último, o sujeito da Análise do Discurso.

Em seguida, o terceiro capítulo apresenta a metodologia adotada para a construção desta dissertação, relatando a organização do *corpus*, além das categorias analíticas de investigação do trabalho, contendo a discussão sobre o debate da neutralidade de gêneros gramaticais, o que são os comentários, como funcionam e, posteriormente, a análise discursiva dos que apresentam a tomada de posição dos sujeitos de plena identificação, desidentificação e contraidentificação com a Forma-Sujeito da FD de luta LGBTQ+ pela inclusão não binária na língua portuguesa. Por fim, o último capítulo conclui o que foi possível perceber nesta pesquisa, ainda que não esgote tudo o que o *corpus* ofereça para ser discutido.

Não está em primeiro plano aplicar juízo de valor acerca do funcionamento do método de neutralização dos gêneros gramaticais, tampouco de analisar o caráter sexista da língua portuguesa. Portanto, esclareço que a ausência de aplicação deste método no decorrer do trabalho não assume nem reflete preconceito contra a comunidade não binária.

2 A SOCIEDADE E A LUTA *QUEER*

2.1 A relação de poder do opressor sobre o oprimido

A sociedade apresenta o poder em seu cerne, fator que reflete na estreita relação entre opressor e oprimido. Ou seja, se há na cultura atual uma normatização da heterossexualidade, é natural que haja uma reação homossexual como forma de resistência, e é no vínculo desigual de privilégios e lutas que percebemos os impactos das relações de poder. Foucault (1984) apresenta-nos o termo “dispositivo de poder”, afirmando que

por esse termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. (FOUCAULT, 1984, p. 364)

Esse conceito nos permite compreender que é o poder que faz surgir o corpo social, e que um de seus aspectos é o caráter essencialmente repressivo, que se exerce, também, por meio da sexualidade. Vale ressaltar que a resistência é diretamente proporcional à repressão, e são nessas condições que o sujeito é direcionado a um posicionamento ideológico. É o poder que permite a relação entre opressor *versus* oprimido, de forma que um viabiliza e depende da existência do outro.

Segundo Orlandi (2001), o indivíduo torna-se sujeito quando é interpelado pela ideologia, sendo que já nascemos alocados em uma formação ideológica, dado que durante nossa geração no ventre já somos falados pelo outro, pelos discursos. De acordo com Louro (2004), “a afirmativa, mais do que uma descrição, pode ser compreendida como uma definição ou decisão sobre um corpo” (LOURO, 2004, p. 15), então, por exemplo, durante a ultrassonografia, quando o médico afirma “é um menino!” ou “é uma menina!”, ele acaba de inserir o bebê em uma série de punições e restrições. Esse é “um processo que é baseado em características físicas que são vistas como diferenças e às quais se atribui significados culturais” (LOURO, 2004, p. 15), ou seja, a criança já nasce inserida em uma função social, e é assim que ela é ideologicamente marcada desde sua infância.

Desse modo, “o ato de nomear o corpo acontece no interior da lógica que supõe o sexo como um “dado” anterior à cultura e lhe atribui um caráter imutável, a-histórico

e binário” (LOURO, 2004, p. 15) e, assim, após categorizar a criança de acordo com o órgão genital com o qual ela nasce, a sociedade a impõe uma série de normas que vão desde as mais simples e supostamente inofensivas, às mais punitivas e limitadoras, como separar a cor rosa para meninas e azul para meninos. Essa atitude inicial de instituir uma cor para um gênero abre espaço para estabelecer as funções sociais de cada um através das brincadeiras.

Além disso, dado que “a sociedade ocidental tira da Bíblia muitas de suas principais metáforas e definições de gênero e moralidade” (LERNER, 2019, p. 205), na narrativa do livro sagrado para os Cristãos, a família patriarcal é a estrutura adequada e vigente, sendo o patriarcalismo, de acordo com Castells (2018),

uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. (CASTELLS, 2018, p. 249)

No período inicial da sociedade hebraica, o patriarca tinha plena autoridade sobre os membros de sua família e sobre os bens materiais dela. Suas heranças ficavam para o filho primogênito, o mais velho, e, na falta de um filho até poderiam ser deixadas para as filhas, com a condição de que ela fosse casada com um homem da própria tribo. Caso o patriarca não tivesse filho ou filha, seus bens iriam para seu irmão, tio ou parente homem mais próximo (LERNER, 2019). Essa organização de leis que beneficiavam os homens da família, narradas na Bíblia, colaborou para a organização da sociedade israelita e, conseqüentemente, para a nossa cultura atual.

Essa sociedade patriarcal descrita na Bíblia colocava a mulher israelita em uma posição de completa submissão, pois esperava-se que, ao casar-se, a mulher passasse do controle dos homens de sua família para o controle do marido e do sogro (LERNER, 2019). Além disso, de maneira semelhante ao que ocorria nas sociedades mesopotâmicas, “os homens hebreus gozavam de liberdade sexual completa dentro e fora do casamento (LERNER, 2019, p. 214), ao passo que as mulheres eram completamente privadas dessa liberdade. Outro fator que inferiorizava o gênero feminino, e acontecia no casamento, era que “a esposa devia ter filhos; de modo mais específico, filhos meninos. A esterilidade, interpretada como fracasso em ter filhos meninos, era uma desgraça para ela e causa para divórcio” (LERNER, 2019, p. 215).

Conforme o tradicionalismo, seja religioso ou científico, a submissão da mulher é de ordem universal e imutável, ou seja, não é algo que deva ser questionado (LERNER, 2019). Para a mulher ser uma boa mãe e dona de casa, ela deve trabalhar nisso inconscientemente desde a infância, brincando de boneca e panelinha, e esses brinquedos vêm muitas das vezes na cor rosa, ou em embalagem rosa, de forma que a associação com o gênero feminino seja inevitável. Assim, a limitação da função social da mulher já é posta antes mesmo da criança conseguir se posicionar. Em contrapartida, a liberdade é atribuída ao gênero masculino, permitindo que a criança corra atrás da bola e almeje ser um grande jogador de futebol, que brinque de carrinho e desenvolva gosto por dirigir, além de ter brincadeiras que estimulem a aventura e adrenalina. Dessa maneira, o homem crescerá consciente de sua liberdade e posição na sociedade.

A divisão binária de macho e fêmea colocou o homem em uma posição superior, e a sociedade dos últimos séculos definiu, por fim, que a relação entre um homem (opressor) e uma mulher (oprimido) era a mais adequada, conforme a Igreja prega segundo o seu livro sagrado, porque

as metáforas de gênero mais fortes na Bíblia foram as da Mulher, criada a partir da costela do Homem, e de Eva, a sedutora, fazendo com que a humanidade caísse em desgraça. Por mais de dois mil anos, isso é citado como prova da subordinação da mulher como castigo divino. Como tal, tem exercido um poderoso efeito ao definir valores e práticas relativos às relações de gênero. (LERNER, 2019, p. 227)

Assim, o conceito de família foi firmado pela Igreja e, em decorrência disso, o sistema patriarcal machista entrou em vigor na sociedade. Os impactos sociais e culturais foram imensos e, por esse sistema ainda prevalecer, foi natural surgir uma resistência. Nessas condições, a luta contra o machismo, que foi uma iniciativa do feminismo, irrompeu primeiro nos Estados Unidos em 1960, e posteriormente na Europa em 1970, de maneira a se alastrar pelo mundo nas duas décadas seguintes (CASTELLS, 2018). Vale salientar que “essa é a mais importante das revoluções, porque remete às raízes da sociedade e ao âmago do nosso ser” (CASTELLS, 2018, p. 250). Entretanto, mesmo com todas as conquistas de direito, espaço e visibilidade, a luta feminista é constante, pois a limitação da mulher na atual sociedade, mesmo com esses grandes avanços, ainda é realidade.

Dessa forma, com o passar do tempo, as mulheres redefiniram por conta própria qual a posição que deveriam ocupar na sociedade, e esse alcance da autonomia do

movimento feminista permitiu uma locomoção muito particular: as feministas mais jovens, em especial as lésbicas, mostraram-se cada vez mais dispostas a cooperar com os movimentos sociais masculinos, atitude impensável em outros tempos. Conforme expõe Castells (2020),

A principal aliança é entre lésbicas e gays (por exemplo na Nação Gay), que compartilham a opressão exercida pela homofobia e unem-se em torno da defesa da liberação sexual e na crítica contra a família heterossexual e patriarcal. (CASTELLS, 2020, p. 306)

Essa união entre o movimento feminista e o gay “deu impulso a uma poderosa onda de choque: o questionamento da heterossexualidade como norma” (CASTELLS, 2018, p. 252). Desde então, os impactos na sociedade são incomensuráveis, afinal, a “sexualidade não é aquilo de que o poder tem medo; mas de que ela é, sem dúvida e antes de tudo, aquilo através de que ele se exerce” (FOUCAULT, 1984, p. 353).

Para compreender o efeito que essa união teve sobre a sociedade, é necessário pensar que até meados do século XVI a sexualidade era controlada pela Igreja, por intermédio das confissões, que são “todos os procedimentos pelos quais se incita o sujeito a produzir sobre sua sexualidade um discurso de verdade que é capaz de ter efeitos sobre o próprio sujeito” (FOUCAULT, 1984, p. 390). O cristianismo estabeleceu, assim, códigos morais sobre um discurso de verdade do sexo, pois, “embora a cultura romana possa ter considerado o desejo como potencialmente nocivo, a cristã o concebia como intrinsecamente mau” (SPARGO, 2019, p. 23). Assim sendo, o poder que a Igreja detinha através das confissões a possibilitou um feito que perdura até os dias atuais, pois através dela

o homossexual foi transformado na figura patológica do perverso ou anormal, um caso de desenvolvimento interrompido, um caso que precisa de tratamento - em resumo, uma aberração da norma heterossexual. (SPARGO, 2019, p. 20)

Mesmo com o poder conservador da Igreja ainda influente na sociedade contemporânea, a união afetiva não é limitada à heterossexualidade e, de acordo com Foucault (1984), os relacionamentos homossexuais sempre existiram no ocidente e no oriente. Apesar disso, em alguns períodos, como descrito anteriormente, havia grande necessidade de pessoas LGBTs esconderem as suas orientações sexuais dos opressores heterossexuais e cisgêneros, em virtude da perseguição e punição que sofriam.

Entretanto, com a união de forças com as feministas, a comunidade LGBTQ+ vem lutando cada vez mais contra a sociedade machista e homofóbica.

2.2 A Teoria *Queer*

Atualmente, as lutas da cultura *queer* têm um significativo impacto social, dado o elevado número de sujeitos interpelados por sua essência subversiva. A palavra “*queer*” marca essa subversividade de sua luta, pois, “em inglês, o termo ‘*queer*’ pode ter função de substantivo, adjetivo ou verbo, mas em todos os casos se define em oposição ao “normal” ou à normalização” (SPARGO, 2019, p. 13). Assim, a apropriação de um termo que era utilizado de forma pejorativa contra pessoas que não se reconheciam na matriz heterossexual se tornou uma prova de resistência a uma sociedade marcadamente homofóbica. E, desde então, a comunidade LGBT ganhou uma nova sigla: Q+¹.

A atenção que a sociedade direciona para os sujeitos binários, seja heterossexual ou não, acaba implicando na invisibilidade daqueles que flutuam entre o feminino e o masculino. De acordo com Salih (2019), a função da Teoria *Queer* é investigar a desconstrução das categorias que determinam a binariedade do sujeito, tal como gay, lésbica, masculino e feminino, através da indeterminação e da instabilidade de todas as identidades sexuadas e generificadas. E é inviável falar de gênero sem trazer a voz de Judith Butler (1990), por apresentar as três dimensões da corporeidade significativa: sexo anatômico, identidade de gênero e performance de gênero. Para Butler (2019), em sua obra **Corpos que Importam**, sexo e gênero são indissociáveis, visto que

se o gênero é a construção social do sexo e se não há acesso a esse “sexo”, exceto por meio de sua construção, então parece que além de o sexo ser absorvido pelo gênero, o “sexo” se torna algo como uma ficção, talvez uma fantasia, retroativamente instalada em um local pré-linguístico para onde não existe acesso direto. (BUTLER, 2019, p. 22)

Na medida em que o sexo é uma categoria tomada em seu gênero, Butler (1990) atesta que a identidade de gênero é compreendida como uma história subjetiva e social de significados e, portanto, que se trata de uma performatividade. Em sua obra subsequente, **Corpos que importam: os limites discursivos do sexo**, a autora reitera

¹ O “+” da sigla LGBTQ+ representa uma forma de incluir na sigla todas as comunidades que fogem do padrão cisgênero/heterossexual, tais como: não binário, intersex, assexual, etc.

que “o gênero designa um local denso de significações que contém e superam a matriz heterossexual” (BUTLER, 2019, p. 393).

Tendo em vista a matriz heterossexual imposta pela sociedade, é intrínseca a esta a aplicabilidade das relações de poder. A heterossexualidade compulsória permite que as instituições sociais deem privilégios aos bons sujeitos que seguem corretamente a norma, e que punam aqueles que apresentam uma performance contaria ao *status quo*. Sobre isso, Butler (2019) alega que

como estratégia de sobrevivência em sistemas compulsórios, o gênero é uma *performance* com consequências claramente punitivas. Os gêneros distintos são parte do que “humaniza” os indivíduos na cultura contemporânea; de fato, habitualmente punimos os que não desempenham corretamente o seu gênero. (BUTLER, 2019, p. 241)

Butler (1990), ao realizar uma leitura de Monique Wittig (1982)², traz à tona o termo heterossexualidade compulsória, que opera através de um sistema de reprodução sexual compulsório, reforçado por grandes instituições sociais, como a Igreja. Esse caráter de imutabilidade e binário do sexo, segundo Guacira Lopes Louro (2004), impõe limites à concepção de gênero e sexualidade. A autora coloca em discussão a possibilidade de admitir a existência de um grupo minoritário, que é tolerado como desviante ou diferente, pois a sociedade não suporta pensar em múltiplas sexualidades. Essa compulsividade da matriz heterossexual, que está no cerne das relações de poder, acaba por colocar aqueles que fogem do padrão em um enquadramento punitivo. Louro (2004) afirma que

a concepção binária do sexo, tomado como um “dado” que independe da cultura, impõe, portanto, limites à concepção de gênero e torna a heterossexualidade o destino inexorável, a forma compulsória de sexualidade. As descontinuidades, transgressões e subversões que essas três categorias (sexo - gênero - sexualidade) podem experimentar são empurradas para o terreno do incompreensível ou do patológico. (LOURO, 2004, p. 75)

Foucault (1984) descreve a homossexualidade como androginia interior e hermafroditismo da alma, problematizando a aproximação de gênero e sexualidade, assim como Butler (2019, p. 394), ao sustentar que “pode haver formas de ‘gênero’ dentro de homossexualidade que exijam uma teorização que se mova para além das categorias de ‘masculino’ e ‘feminino’”. Vale lembrar que

² Wittig foi uma escritora francesa que estudou o feminismo e apresentou em suas obras um interesse voltado à superação da noção de gênero.

a forma sujeito histórica tem sua materialidade e que o indivíduo, interpelado em sujeito pela ideologia, traz seu corpo por ela também interpelado. A ideologia, como sabemos, na perspectiva discursiva, é uma prática e esta prática envolve, afeta e faz parte do processo de significação do corpo do sujeito. (ORLANDI, 2017, p. 87)

Portanto, o corpo não é transparente, e sua construção se dá pelo confronto do simbólico com o político, além de funcionar ideologicamente (ORLANDI, 2014). Sabendo que há formas que fogem da binariedade, faz-se necessário atentarmos às relações de poder que, segundo Tamsin Spargo (2019), tornam os corpos sexuados por meio da cultura e que alimentam a produção da sexualidade compulsória para sua própria sustentação.

Com isso, é natural que ocorram os mais diversos impactos sociais e culturais, sendo um deles a polarização entre quem defende a subversividade e quem pune esses defensores. Sobre isso, Butler (2019, p. 21) defende que “se tornou impossível separar a noção de ‘gênero’ das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida”. Para Sousa e Paixão (2015, p. 175), “vivemos em uma sociedade em movimento, cuja constantes mudanças promovem a constituição de sujeitos que buscam se constituir nesse contexto”, e é essa sociedade que realiza a punição daqueles que rompem as regras acerca da sexualidade. São esses sujeitos subversivos que “se tornarão, então, os alvos preferenciais das pedagogias corretivas e das ações de recuperação ou de punição. Para eles e para elas a sociedade reservará penalidades, sanções, reformas e exclusões” (LOURO, 2004, p. 16).

Vale ressaltar que a relação entre opressor e oprimido não acontece só entre a comunidade heterossexual e a homossexual, pois há também na comunidade LGBTQ+ conflitos internos. De acordo com Louro (2004),

no interior mesmo dos grupos chamados minoritários, construíam-se divisões, experimentavam-se fraturas. A política de identidade então empreendida também acabava por fixar, de algum modo, uma identidade gay ou uma identidade lésbica. Construía-se uma representação dos sujeitos homossexual que se proclamava mais “legítima” do que outras. Aos poucos, faziam-se “diferenças” entre os já “diferentes”. (LOURO, 2004, p. 96 – 97).

Por tratar-se de um grupo tão diverso, o dissenso é tido como inevitável, pois, por mais que estejamos falando de um grupo minoritário, há em seu interior pessoas com privilégios maiores em detrimento de outras, que sofrem com a imposição de limitações. Um exemplo dessas pessoas que atuam como membros da comunidade

LGBTQ+, e que são ainda menos privilegiadas, são as de gênero não binário, porque a matriz heterossexual colabora para que pessoas cisgêneros, independentemente de suas sexualidades, oprimam pessoas transgêneros.

A questão do gênero passa a ser um problema dentro de uma comunidade oprimida. Não é algo surpreendente, afinal, é natural que dentro de um corpo social as relações de poder sejam estabelecidas. Pensando bem, “uma pessoa é o seu gênero na medida em que não é o outro gênero, formulação que pressupõe e impõe a restrição do gênero dentro desse par binário” (BUTLER, 2019, p. 52), portanto, “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é *performatividade* constituída pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados” (BUTLER, 2019, p. 56). Então,

como estratégia de sobrevivência em sistemas compulsórios, o gênero é uma *performance* com consequências claramente punitivas. Os gêneros distintos são parte do que “humaniza” os indivíduos na cultura contemporânea; de fato, habitualmente punimos os que não desempenham corretamente o seu gênero (BUTLER, 2019, p. 241)

Desde a descoberta anatômica do corpo, o binarismo tornou-se norma, porque “a “unidade” do gênero é o efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade do gênero por via da heterossexualidade compulsória” (BUTLER, 2019, p. 67). Então, quando um sujeito não se identifica nessa matriz, denominando-se não binário, acaba por sofrer com restrições e imposições sobre como deve se portar, e posições que podem ou não ocupar na sociedade. Entretanto, com o avanço da tecnologia e das múltiplas formas de comunicação globalizada, o gênero não binário tem recebido uma atenção maior desde que uniu forças com o movimento feminista.

2.3 A importância da internet para a luta *queer*

As relações sociais foram ampliadas nos últimos anos, visto que o avanço tecnológico eliminou as barreiras geográficas da comunicação com o advento das comunidades virtuais. Para Pierre Lévy (2000, p. 17), “o ciberespaço permite a combinação de vários modos de comunicação”, em que cada ser humano pode interagir e contribuir para a heterogeneidade do mundo virtual. Ainda segundo o autor,

a cibercultura aponta para uma civilização da telepresença generalizada. Para além de uma física da comunicação, a interconexão constitui a humanidade

em um contínuo sem fronteiras, cava um meio informacional oceânico, mergulha os seres e as coisas no mesmo banho de comunicação interativa. A interconexão tece um universal por contato. (LÉVY, 2000, p. 129)

Dessa forma, as redes proporcionaram uma facilidade de comunicação, com o seu funcionamento dependente do envolvimento de sujeitos de múltiplas culturas e experiências de vidas, mas que, segundo Martino (2015), para participar de uma comunidade é necessário ter compatibilidade de identidade com aqueles que a integram. Assim, é natural que as pessoas estabeleçam vínculos mais fortes com aquelas que compartilham de um mesmo ideal, porque “há em todo sujeito uma necessidade de laço social que sempre estará presente ainda que ele viva em situação sócio-histórica absolutamente desfavorável” (ORLANDI, 2017, p. 154).

Desse modo, as redes sociais foram como uma mola propulsora para que a discussão sobre a representação de gênero social no gênero gramatical ganhasse visibilidade, fazendo com que o repúdio ao sexismo da língua gerasse uma intervenção mobilizada por pessoas que partem de um mesmo posicionamento ideológico. A respeito disso, Martino (2015) defende que os sujeitos imersos em uma rede tendem a se socializar com pessoas que apresentam os mesmos interesses ao declarar que

em uma sociedade em rede global, a reafirmação dos elementos de identidade e o estabelecimento de fronteiras baseadas na diferença ganham importância na medida em que elementos fundamentais da identidade, como a cultura, a arte e as práticas sociais, são integrados em perspectiva global. (MARTINO, 2015, p. 103)

Sobre os vários discursos produzidos culturalmente, estes permitem que os sujeitos, interpelados pela ideologia, construam uma identidade que regula as palavras que devem ser usadas, os pensamentos e a atração sexual. Em consonância com o exposto, Martino (2015) defende que as

identidades não existem naturalmente, mas são constituídas nas relações sociais. Na medida em que essas relações são desiguais, marcadas por intervalos de poder, a construção das identidades culturais está ligada a uma lógica de tensões, dinâmicas e disputas pelo direito de ser quem se é no espaço social. (MARTINO, 2015, p. 49)

Dessa forma, a comunidade LGBTQ+, por tratar-se de uma minoria, construiu grupos em redes sociais, onde seus membros se identificam e reafirmam suas existências, como forma de luta por visibilidade. E dada a falta de representatividade na língua que as pessoas de gênero não binário sofrem, isso fez com que unissem forças

com a comunidade feminista, estabelecendo uma nova estratégia para referenciar pessoas que fogem do padrão binário. Conforme a colocação de Moita Lopes (2013),

as ideologias linguísticas de variação de gênero, por exemplo, têm cada vez mais forçado em círculos feministas (e para além deles) o uso de escolhas lexicais no português como “o ser humano” ou “as pessoas”, em contextos nos quais no passado se usaria “o homem” para se referir à espécie humana. Da mesma forma, muitas feministas têm preferido o uso de “el@” para evitar o uso de “ele(a)” ou o mais comum “ele” para se referir ao ser humano. (MOITA LOPES, 2013, p. 20)

Sendo assim, a reivindicação de espaço e visibilidade não binária é um ato político e, como em qualquer circunstância de luta, há de surgir apoiadores e opositores. Neste caso não é diferente, pois a luta de inclusão do gênero não binário na língua implica que os falantes nativos revelem seus posicionamentos ideológicos manifestados em seus discursos.

2.4 O sujeito da Análise do Discurso

A Análise do Discurso de orientação francesa trabalha com a língua não apenas como uma estrutura sintática, mas também como um acontecimento possibilitado pela união da memória interdiscursiva, do potencial de atualização e da resignificação dos discursos. Considerando que “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade do discurso é a língua” (ORLANDI, 2017, p. 45), ainda que o sistema da língua seja o mesmo para todos os falantes,

para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo discurso: a língua se apresenta, assim, como a base comum de processos discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela na medida em que [...] os processos ideológicos simulam os processos científicos. (PÊCHEUX, 2015, p. 81)

Em consonância, Orlandi (2005, p. 18) atesta que “o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia”. A autora defende, ainda, que “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 2005, p. 37), portanto, quando um usuário das redes sociais publica um comentário acerca da neutralização do gênero gramatical, os seus dizeres

são efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz [...] os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos. (ORLANDI, 2005, p. 28)

O sujeito da Análise do Discurso é constituído pelo inconsciente e interpelado pela ideologia. Desse modo, segundo Indursky (2008), trata-se de um sujeito que ocupa um lugar social, e esse lugar o afeta, o constitui e determina seu discurso (PÊCHEUX, 1997). Ademais, por tratar-se de um sujeito dotado de inconsciência, ele acredita que é fonte do que diz, e crê que a sua posição social se dá graças as suas escolhas. Todavia,

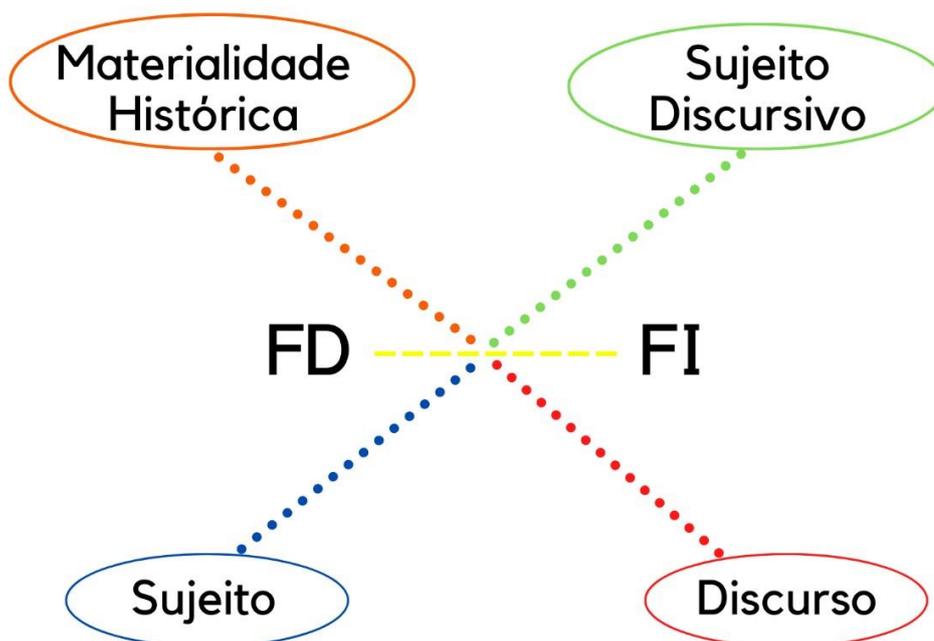
a modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar Interpelação, ou assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção. (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 165-166)

Como visto, o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, juntamente das marcas do social e do histórico, o iludem, pois ele acredita ser fonte do dizer, quando o que ele diz, na verdade, decorre de um “já dito”, portanto, ele não é fonte de sentido (GRIGOLETTO, 2008). Esse encadeamento entre inconsciente e ideologia é o que permite afirmar que o sujeito da AD não é empírico.

O sujeito funciona, no discurso, através das formações ideológicas, que “comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura dada” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 166). Assim, considerando o exposto, as formações discursivas (FD) estão intimamente ligadas às formações ideológicas (FI). Em outras palavras, a FD é a maneira como o discurso se relaciona com a ideologia.

A relação entre FD e ideologia afeta o discurso e o indivíduo, porque eles “estão atrelados à FD; a FD, por sua vez, está ligada à ideologia, fazendo o suporte necessário para que o indivíduo seja sujeito discursivo e, o discurso seja marcado pela materialidade histórica” (FERNANDES, 2017, p. 7). Essa relação pode ser ilustrada através do seguinte esquema:

Imagem 2: Relação entre ideologia e formação discursiva



Fonte: Figura produzida pela autora (2022)

De acordo com Grigoletto (2008), o lugar do sujeito é preenchido pela forma-sujeito, ou sujeito do saber de uma determinada FD, o que permite a inscrição do sujeito em FDs. Assim, a articulação harmoniosa entre sujeito discursivo e forma-sujeito se daria através da plena identificação com a FD que ele está inscrito, por intermédio da tomada de posição. Sendo que

a tomada de posição resulta de um retorno do Sujeito, de modo que a não-consciência subjetiva que caracteriza a dualidade sujeito/objeto, pela qual o sujeito se separa daquilo de que ele toma consciência e a propósito do que ele toma posição, é fundamentalmente homogênea à coincidência-reconhecimento pela qual o sujeito se identifica consigo mesmo, com seus semelhantes e com o Sujeito. O desdobramento do sujeito – como tomada de consciência de seus objetos – é uma reduplicação da identificação. (PÊCHEUX, 1995, p. 172)

A tomada de posição de plena identificação segue de forma fiel as proposições da forma-sujeito, que determinam o campo da sua FD. Então, nesse caso, os sentidos serão os mesmos. Ademais, Pêcheux (1995) apresenta três modalidades de tomada de posição do sujeito, sendo que

a primeira modalidade consiste numa superposição [...] entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, de modo que a “tomada de posição” do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do livremente consentido: essa

superposição caracteriza o discurso do “bom sujeito”. (PÊCHEUX, 1995, p. 215)

A plena identificação se dá, então, pela ausência de contradição, o que caracteriza o “bom sujeito”. Todavia, também existe o discurso do “mau sujeito”, no qual “o sujeito da enunciação ‘se volta’ contra o sujeito universal por meio de uma ‘tomada de posição” (PÊCHEUX, 1995, p. 215).

Ainda com relação ao posto acima, por ter maneira oposta ao bom sujeito, o mau sujeito contradiz e questiona os saberes da FD por intermédio da tomada de posição, porém, não há rompimento com a FD, pois ele apenas não se identifica de maneira completa. Em outras palavras, o mau sujeito está inscrito em uma segunda modalidade, a posição de contraidentificação (INDURSKY, 2007).

A terceira modalidade de tomada de posição é a desidentificação que, para Pêcheux (1995), é uma tomada de posição não subjetiva, dado que não há relação com a FD em questão, por haver um rompimento com esta. Nesse caso, o sujeito se inscreve em outra FD.

Sobre as FDs, Orlandi (2005, p. 113) afirma que “pela análise da historicidade do texto, isto é, do seu modo de produzir sentidos, podemos falar que um texto pode ser — e, na maioria das vezes, o é efetivamente — atravessado por várias formações discursivas”. Ademais, Pêcheux (2015) precisa que

a interpelação do indivíduo em sujeito do seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita mais acima, enquanto “enquanto pré-construído” e “processo de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são reinscritos no discurso do próprio sujeito. (PÊCHEUX, 2015, p. 150)

Logo, “não há sujeito, nem sentido, que não seja dividido, não há forma de estar no discurso sem constituir-se em uma posição-sujeito e, portanto, inscrever-se em uma ou outra formação discursiva que, por sua vez, é a projeção da ideologia no dizer” (ORLANDI, 2017, p. 55). Sendo assim, o enunciado da publicação e dos comentários produz sentido por estar em um determinado contexto social e em uma determinada época que, juntos, se refletem no modo de dizer que está ideologicamente marcado. A identificação plena, a contraidentificação e a desidentificação acerca da pauta sobre a neutralidade dos gêneros gramaticais é reflexo das

transferências presentes nos processos de identificação dos sujeitos constituem uma pluralidade contraditória de filiações históricas. Uma mesma palavra, na mesma língua, significa diferentemente, dependendo da posição do sujeito e da inscrição do que diz em uma ou outra formação discursiva. (ORLANDI, 2005, p.58)

Como visto, a Análise do Discurso de orientação francesa oferece premissas que são fundamentais para se entender o posicionamento ideológico do sujeito, a partir das formações discursivas nas quais ele está alocado.

3 TEORIA GRAMATICAL DO GÊNERO NA LÍNGUA PORTUGUESA

A luta pela conquista de direitos da comunidade LGBTQ+ perpassa por inúmeros campos sociais, sendo que alguns desses foram recentemente alcançados no Brasil, como o Decreto nº 8.727 de 28 de abril de 2016, que garante o direito ao nome social em documento, o casamento homoafetivo, que foi reconhecido no Código Civil brasileiro em 2007, e a permissão de homossexuais doarem de sangue, que só aconteceu no dia 8 de maio de 2020, quando o STF considerou discriminatórias as regras da Anvisa e do Ministério da Saúde contra a doação.

As conquistas citadas só foram possíveis por meio de militâncias e cobranças feitas pelo movimento LGBTQ+, sendo essas as formas da comunidade de conseguir voz e espaço. Pensando nisso, uma parcela desse grupo coloca em pauta a mudança da língua portuguesa (LP), alegando ser uma língua machista e excludente. A solução apresentada é a inserção de novas categorias de pronomes e morfemas, para incluir as pessoas de gênero não binário.

Antes de trabalhar a solução apresentada, faz-se necessário pensar na acusação. Por que a língua portuguesa é considerada machista? Câmara Junior (2007) afirma que a flexão de gênero é exposta de maneira incoerente e confusa nas gramáticas tradicionais, por ser feita uma associação entre gênero e sexo. Artigos, pronomes, vogais temáticas, até sufixos derivacionais, dentre outros processos lexicais ou sintáticos, são usados para indicar sexo. Em outras palavras, a norma apresenta dois gêneros gramaticais que, segundo Câmara Júnior (2007), se confundem com o sexo feminino e masculino, que são, também, gêneros sociais.

A partir do exposto, a confusão entre gênero e sexo, somada à predileção pelo gênero gramatical masculino aplicado no plural, acabou por gerar desconforto e críticas à LP, que apontam para o machismo na língua. Por exemplo, quando se tem uma sala onde estão presentes homens e mulheres, ainda que elas fossem a maioria, o uso correto do plural é no masculino: “eles”, “todos” e “aqueles”. À vista disso, e a fim de pensar em um uso não sexista da língua, é possível realizar a inclusão dos dois gêneros gramaticais usando: “eles e elas”, “todos e todas”, “aqueles e aquelas”, para suprir a demanda de casos como o do exemplo. Todavia, essa prática ainda não é suficiente para uma inclusão completa, dado que nem todos os sujeitos se sentem contemplados pelas formas femininas e masculinas.

Dado esse cenário, pessoas de gênero não binário (NB) e intersexo reivindicam o

uso do gênero neutro na língua portuguesa, já que esta não herdou uma marca formal de neutro, ainda que presente no Latim, e não apresenta essa estrutura atualmente. Por exemplo, o pronome “aquele” é marcadamente masculino e o pronome “aquela” feminino, mas “aquilo” não é neutro, também é masculino, como visto em sua aplicação (aquilo é lindo). Então, para alcançar essa chamada neutralidade do gênero gramatical, a fim de contemplar o gênero social não binário, a comunidade LGBTQ+ adotou o uso do –@, –X e o –E.

O uso do –@ como estratégia de inclusão se manifesta em palavras como “menin@”, “tod@”, “aquele@”, etc., mas alguns problemas podem ser percebidos nesse caso, e um deles é a exclusão de pessoas cegas que precisam do auxílio de programas de computador para a leitura. Nessa situação, não é possível para o programa ler a palavra que está na tela de maneira adequada, porque não há uma representação fonológica para o @. Também, o uso do –@ é comum como método de suavização de ofensas na internet, para driblar o bloqueio ou banimento do usuário nas redes sociais, o que acaba por dificultar o uso.

Ao contrário do @, o X consta no alfabeto da língua portuguesa e, portanto, tem representação fonética, mais precisamente duas, como pode ser visto nas palavras xadrez e taxi. Entretanto, o uso do –X acontece ao lado de consoantes no caso de neutralização dos gêneros gramaticais, o que dificulta a representação fonológica em casos como “meninX”, “todX”, “aqueleX”, etc.

Mas vale ressaltar que colocar o –X como ferramenta de neutralização do gênero gramatical é um ato de resistência à marcação do sexo biológico, visto que, segundo De Mello, Assumpção e Hackel (2005), todas as características que constituem um indivíduo são determinadas pelos cromossomos XX (feminino) e XY (masculino). Sendo o X presente nos dois sexos, a marcação dele nas palavras não determinaria gênero nenhum, então iria tratar-se de uma negação.

O –@ e o –X são, portanto, neutros no sentido de não designar gênero algum, mas possuem o uso restrito à escrita, uma vez que não estão presentes no inventário fonético do português brasileiro. Dessa forma, o uso de caracteres designadores de gênero sem correspondência com o sistema oral atrapalha pessoas com deficiência visual que utilizam leitores automatizados, então, conseqüentemente, têm pedidos de não uso.

A estratégia de uso do –E tem maior aceitação, porque apresenta representação fonológica e é possível marcar morfologicamente, como nas palavras “menine” e

“garote”. Todavia, essa marcação sofre pressão estrutural do conjunto de nomes comuns de dois gêneros (amante, estudante, etc.). Além disso, o uso do –E esbarra no problema de referência em casos como: “meus (?) dois (?) amigos mais próximas chegaram, preciso dar atenção a eles (?)”.

Assim, é possível afirmar que todos os métodos apresentados acima são falhos, podendo ser resumidos de acordo com o seguinte quadro:

Imagem 3: Quadro sobre a aplicabilidade da neutralização de gêneros gramaticais

USO	BINÁRIO	PROBLEMA
aluno/aluna	sim	exclusão não binária
alun@	não	não há representação fonológica
alunx	não	atende somente a escrita
alune	não	contraste e referência

Fonte: Figura produzida pela autora (2022)

Pensando nisso, influenciadores digitais e alguns estudantes divulgaram algumas propostas para resolução desses problemas. Gione Caê³ (2020), por exemplo, elaborou um **Manual para o uso da Linguagem neutra em Língua Portuguesa**, a fim de popularizar a neutralização de gêneros gramaticais, sem excluir pessoas com deficiência visual.

Imagem 4: Tabela com os pronomes em todos os sistemas

Pronomes	Sistema Elu	Sistema Ile	Sistema Ilu	Sistema El
Ela/Ele	Elu	Ile	Ilu	El
Elas/Eles	Elus	Iles	Ilus	Els
Dela/Dele	Delu	Dile	Dilu	Del
Delas/es	Delus	Diles	Dilus	Dels
Nela/e	Nelu	Nile	Nilu	Nel
Nelas/es	Nelus	Niles	Nilus	Nels
Aquela/e	Aquelu	Aquile	Aquilu	Aquel
Aquelas/es	Aquelus	Aquiles	Aquilus	Aquels

Fonte: Manual para uso da Linguagem Neutra em Língua Portuguesa (2020)

³ É professor estagiário na rede municipal de ensino, tem experiência na área de Educação Especial e Letras, com ênfase em Literatura Contemporânea Brasileira. Estudante da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Dentre as propostas, a de supressão da vogal temática com o acréscimo de –U, denominado Sistema Elu, é a que apresenta maior aceitação entre os falantes. Todavia, esse sistema apenas funciona em situação pronominal, uma vez que seu uso em palavras como “garotu” pode ser confundido com a palavra “garoto” durante a pronúncia. Pensando nisso, se for utilizado o sistema pronominal Elu, somado ao uso do –E no lugar das vogais temáticas em substantivos e adjetivos, é o que apresentará menor problema (elu é linde).

Existem, contudo, alguns outros problemas a serem pensados. Por exemplo, e ainda com relação ao manual, a palavra monge/monja torna-se mongie no caso de inclusão não binária. Todavia, esse tipo de ditongo crescente no português brasileiro é monotongado na oralidade, como a palavra cárie, que quando pronunciada soa como “care”, então o mesmo aconteceria com mongie, pois na pronúncia soaría como monge, que é marcadamente masculino. Isso nos coloca em uma posição de diferenciar a aplicabilidade da neutralização de gêneros gramaticais na fala e escrita, sendo possível afirmar que essa proposta foi iniciada visando a escrita e, portanto, alguns obstáculos na oralidade estão sendo encontrados no decorrer da expansão do uso desses novos recursos de inclusão não binária na língua. Sendo assim, pensando na finalidade de recorte do tema desta dissertação, trabalharemos apenas com a aplicação na escrita no campo digital, mais especificamente coletar os dados nas redes, através das quais o debate ganhou visibilidade.

Estamos imersos em um sistema linguístico fechado que possui regras, como qualquer outra língua, mas sendo o conceito de gênero feminino e masculino demasiado excludente, faz-se necessário um recorte ou novas estratégias de recategorização. E, ainda que a língua limite sincronicamente o falante, a força social e o tempo são capazes de deslocar as relações entre as unidades pré-estabelecidas nos sistemas, o que possibilita algumas mudanças.

Ao longo do início desse capítulo, aponteí alguns problemas existentes na tentativa de inclusão das pessoas não binárias na língua portuguesa, de ordem teórica-gramatical, mas essa iniciativa de rompimento com a binariedade imposta é rica e valiosa, porque se trata de um ato político de resistência. E as pessoas que fazem o uso desses recursos neutralizadores de gênero sabem das imperfeições apontadas, mas estão tentando didatizar e superar esses impedimentos. É por isso que a discussão acerca do tema é necessária, pois trata-se de um acontecimento esse rompimento com a

binariedade, e que está em uso nas redes sociais e atingindo cada vez mais pessoas. Portanto, é papel dos pesquisadores realizar um estudo desse marco linguístico.

3.1 Organização do *corpus* no campo digital

O projeto inicial desta dissertação era trabalhar não somente com o *Facebook*, mas também com o *Twitter*, entretanto, com a limitação de caracteres que esta rede impõe, optei por ficar aberta a mudanças e pensar melhor no funcionamento de apenas uma rede social. De todo modo, mantive o maior interesse: enunciados nativos da internet.

Através da ferramenta de pesquisa do *Facebook*, busquei a palavra “LGBTQ+” e me deparei com um grupo chamado LDRV, que significa Lana Del Rey Vevo⁴, criado em 2013 para os fãs da cantora pop Lana Del Rey compartilharem suas opiniões e experiências. Todavia, o LDRV é uma comunidade privada e requer solicitação para participar, eu não tinha acesso. Portanto pedi a um amigo meu que é gay e membro da comunidade para me enviar algumas publicações sobre a neutralidade de gêneros gramaticais oriundas desse grupo.

Vale ressaltar que há no grupo LDRV algumas regras, tais como: o banimento de membros que propaguem preconceito, ódio e desrespeito. Sobre esses espaços, de acordo com a Central de Ajuda do *Facebook* (2022), “grupos são espaços particulares onde você pode manter contato com outras pessoas compartilhando atualizações, fotos ou documentos”.

O grupo se tornou um dos maiores da rede social, comportando, atualmente, pouco mais de um milhão de membros que, em grande parcela, apresentam uma faixa etária de 16 a 25 anos, são pertencentes ao grupo LGBTQ+ e simpatizantes (PEREZ; KLEIN; SCHWANKE, 2018). Então percebi, neste grupo, através de algumas publicações enviadas por meu amigo, que dentro de uma mesma comunidade os conflitos ideológicos são intensos, especialmente quando me defrontei com uma publicação que perguntava qual era a opinião dos integrantes acerca da “linguagem neutra”. Essa publicação rendeu mais de 400 comentários e, por regra do grupo, foi apagada por começar a render discussões acaloradas e polêmicas. Portanto, não foi

⁴ Lana Del Rey é cantora e compositora, considerada pela revista estadunidense *Billboard* uma musa gay, tinha seus videoclipes publicados no YouTube através do serviço multinacional de hospedagem de vídeos “Vevo”.

possível capturá-la por completo a tempo, mas foi o suficiente para salvar alguns comentários.

A internet é um terreno vasto e em constante movimento, e trabalhar com enunciados oriundos dela não é fácil. Além da não estabilização do *corpus*, o universo digital dificulta a sua construção. Isso acontece, segundo Paveau (2021, p. 137), “por três razões: a quantidade dos enunciados, a sua ampliação que tende à inumerabilidade e a sua hipertextualidade.”. Dessa forma, o ideal seria trabalhar com a perspectiva ecológica, apresentando as publicações em seu ambiente nativo, ou seja, com a rede social aberta em um navegador. Entretanto, seria impossível concretizar uma dissertação nesse molde, restando apenas a alternativa mais fiel ao ambiente digital: o *screenshot*, ainda que esse modelo de captura acabe por “cristalizar os dados tecnodiscursivos abertos e móveis e objetivá-los” (PAVEAU, 2021, p. 36).

3.2 Critérios de organização do *corpus* e categorias analíticas de investigação

Sendo os comentários ampliações das discussões, estes são fundamentais para as significações, já que o comentário de uma publicação pode ter outro para respondê-lo, e esse emaranhado de discursos é rico para análise. Entretanto, precisei realizar uma seleção com o seguinte critério: apenas comentários sem respostas e sem *links*, ainda mais por existir a dificuldade de representar esse funcionamento sem um navegador aberto em tempo real. Ao final, capturei um total de 168 comentários da publicação tida como polêmica.

Em seguida, com a finalidade de comprovar que não há neutralidade no posicionamento discursivo dos sujeitos autores, analisei discursivamente as publicações, buscando a posição-sujeito marcada pelas formações discursivas, nas quais o sujeito é alocado, e os dividi em três subcategorias, que dizem respeito ao posicionamento discursivo acerca da neutralidade de gêneros gramaticais: plena identificação, desidentificação e contraidentificação. Após as divisões, o *corpus* contou com 46 comentários na categoria “plena identificação”, 55 na categoria “desidentificação” e 67 na categoria “contraidentificação”. Dado que este trabalho é de natureza qualitativa, os números não são de grande importância, portanto desconsiderei aqueles que apresentavam argumentos repetitivos.

Com a organização do *corpus* feita e dividida, o passo posterior foi o de realizar a análise discursiva. Para tanto, recorri a duas categorias analíticas de investigação: a

posição-sujeito e a formação discursiva. Para alcançar essas categorias, observei os elementos enunciativos que os comentários revelavam, tais como: emojis, sinais gráficos digitais, aspas, modalizadores, escolhas sintáticas, memes, etc.

3.3 O debate sobre a neutralidade de gêneros gramaticais

A proposta de neutralização dos gêneros gramaticais surgiu a partir da união entre feministas e a comunidade LGBTQ+, a fim de lutar por uma língua menos machista e mais inclusiva. Essa característica da língua sempre foi um incômodo para as mulheres, então,

o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representá-las completa ou adequadamente pareceu necessário, a fim de promover a visibilidade política das mulheres. Isso parecia obviamente importante, considerando a condição cultural difusa na qual a vida das mulheres era mal representada ou simplesmente mal representada. (BUTLER, 2019, p. 18)

De forma semelhante, a comunidade LGBTQ+ também sentia essa necessidade de representação na língua, mas, de maneira natural, houve uma reação contrária, tanto por quem não simpatiza com a comunidade, quanto por seus membros. A resistência em aderir gera grandes discussões acerca da necessidade da mudança, e um dos argumentos mais comumente usados é o de que o gênero gramatical masculino já representa a neutralidade. Todavia, “esse sentido de pureza linguística foi e é usado para sedimentar desigualdades sociais de classe social, gênero, raciais etc.” (MOITA LOPES, 2013, p. 103).

O método de expandir as categorias substantivas do gênero, a fim de incluir identidades antes excluídas (BUTLER, 1990), surgiu porque a gramática não é segura para as relações de gênero. Seu modelo é exclusivamente binário, atuando entre dois termos: masculino e feminino, que serve, também, para “mascarar de fato o discurso unívoco e hegemônico do masculino, o falocentrismo, silenciando o feminino como lugar de uma multiplicidade subversiva” (BUTLER, 2019, p. 46). É possível afirmar, então, que a gramática impõe uma relação binária entre os sexos, e é contra isso que as feministas e a comunidade LGBTQ+ lutam.

Considerando que a AD compreende a linguagem como uma mediação entre o homem e o social (ORLANDI, 2005), torna-se natural que a cultura escrita acompanhe as práticas sociais, “e é dentro dessa cultura que ocorrem mudanças de caráter técnico

que a transformam e mesmo a subdividem” (RIBEIRO, 2018, p. 12). E isso faz com que a escrita atenda às demandas dos falantes.

Portanto, levando em conta esse caráter da cultura escrita, a luta das feministas e da comunidade LGBTQ+ para alcançar a inclusão não binária, e que a queda do machismo acontece, principalmente, por meio da internet, vale pensar que

na sociedade em rede, o poder é redefinido, mas não desaparece. E tampouco desaparecem as lutas sociais. A dominação e a resistência à dominação mudam de caráter de acordo com a estrutura social específica da qual elas se originam e que elas modificam por meio de sua ação. O poder governa, os contrapoderes lutam. (CASTELLS, 2019, p. 95)

Então, no ambiente virtual proporcionado pela tecnologia, surge a possibilidade de as minorias oprimidas ganharem visibilidade, de impulsionar suas lutas e de ganhar adeptos. A partir disso, começa-se uma potencial crise do patriarcalismo, o que acarreta em muitas consequências, como a nova concepção de família, gênero e sexualidade, porque

tanto por motivos estruturais (ligados à economia informacional) como em razão do impacto dos movimentos sociais (feminismo, lutas femininas e liberação sexual), a autoridade patriarcal é contestada na maior parte do mundo, embora sob várias formas e com diferente intensidade dependendo dos contextos culturais institucionais. (CASTELLS, 2020, p. 436)

Obviamente, os sujeitos que iniciaram suas lutas como forma de resistência aos opressores produziram projetos para tornarem-se seres dominantes nas instituições da sociedade (CASTELLS, 2018). E, conseqüentemente, esses projetos se tornaram conquistas, ainda que não totais, mas de grande significado para toda a comunidade

e isso vale não só para o período de duração do movimento (normalmente curto), mas para a memória coletiva da comunidade. Com efeito, argumentei e ainda sustento essa opinião que tal produção de significado é um elemento essencial das cidades, ao longo da História, pois o ambiente construído, bem como seu significado, são engendrados por um processo de conflito entre os interesses e valores de atores sociais antagônicos. (CASTELLS, 2018, p. 110)

Relembrando Foucault (1984), quando este afirma que toda opressão pressupõe resistência em mesmo grau, é possível que na internet aconteça da mesma maneira, pois “novas formas de resistência em última instância surgem para atuar sobre os padrões de dominação específicos” (CASTELLS, 2018, p. 196). A luta por espaço e visibilidade acontece por meio de discursos e objetiva-se a destituir as instituições sociais da marca de gênero. Além disso, trata-se de algo muito maior do que uma simples mudança na

língua, pois está posto em questão o sistema sexo-gênero, que “é um conjunto de relações sociais que se mantém por meio da existência social, então o gênero é efetivamente uma instância primária de ideologia” (LAURETIS, 1987, p. 216).

Ademais, não podemos encarar a tentativa de reestruturação ou ampliação do sistema de marcação de gênero como um jogo de letras, a fim de ver qual é o melhor encaixamento, porque “pela ordem temos o fato de que a língua é um sistema não perfeito, mas ainda assim um sistema tem sua ordem” (ORLANDI, 2017, p. 77). Então, ao se deparar com o uso dessa estratégia, o linguista não tem a função de dizer se é certo ou errado, pois seu papel é o de abraçar a demanda da sociedade e de dar conta dos fenômenos da língua a partir de um aparato teórico. Lagares (2018) chama atenção para a importância da manifestação social ao dizer que

os agentes que tomam decisões sobre as línguas devem saber que os usuários precisam participar das discussões e de sua própria implementação, considerando que os debates sobre língua fazem parte de confrontos em que interagem questões concernentes às relações entre identidades sociais e práticas de linguagem. (LAGARES, 2018, p. 33)

Lagares (2018) reconhece que a normalização em prol de uma minoria exige uma grande atividade de militância política, e a estratégia encontrada de usar as redes sociais para a aplicabilidade de neutralização dos gêneros gramaticais é muito inteligente, dado que o alcance e a interação entre os falantes é muito maior sem a barreira geográfica. Sobre o alcance da língua minoritária, Lagares (2018) diz que

normalizar uma língua minoritária, desse ponto de vista, é introduzir seu uso não apenas em contextos oficiais, mas também em novos âmbitos urbanos, muitas vezes marginais, embora pulsantes para a cultura local. Para as culturas minoritárias, de fato, religar a língua aos movimentos de vanguarda artística, que vão da contracultura às manifestações mercadológicas mais contemporâneas, é visto como uma estratégia de sobrevivência. (LAGARES, 2018, p. 137)

A língua, em seu caráter de vivacidade, permite aos falantes que façam uma adaptação para sanar as demandas da sociedade, e é por isso que a intervenção viabiliza a neutralização dos gêneros gramaticais. Sobre isso, Xóan Carlos Lagares (2018) avalia que

se as reivindicações das minorias nacionais motivaram processos de emergência de línguas segundo os modelos das línguas de Estado, e as discussões sobre as relações de dominação através da linguagem ocuparam também os interesses dos pesquisadores, hoje, na sociedade da comunicação

e da informação, novos caminhos se abrem para pensarmos a relação entre linguagem e política. (LAGARES, 2018, p. 232)

Tendo em vista que “reivindicar uma identidade é construir poder” (CASTELLS, 2018, p. 321), a luta pela inclusão não binária na língua é política e, portanto, ideológica. Sendo assim, o posicionamento do corpo social frente a esse debate é inevitável, principalmente com a abrangência da discussão através das redes sociais.

3.4 Os comentários

Castells, sociólogo espanhol, sendo uma figura de autoridade acadêmica acerca de debates sobre os impactos das tecnologias da informação na sociedade, afirma que “a internet, em suas diversas encarnações e manifestações evolutivas, já é o meio de comunicação interativo universal via computador da Era da Informação” (CASTELLS, 2020, p. 440). Assim, a interação propiciada pelo ambiente virtual é, também, uma forma de comunicação.

A natureza relacional da composição das redes sociais permite algumas dinâmicas (MARTINO, 2014), e uma delas é o comentário. Trata-se de uma das formas discursivas mais emblemáticas da internet, e grande parte dos analistas do discurso digital fazem dessa possibilidade conversacional o objeto central de trabalho (PAVEAU, 2021). Afinal, nos comentários acontecem interpretações, troca de opiniões, explicações, conversas, divulgação e outras múltiplas formas de interações entre os usuários, o que também fez meu olhar se direcionar para esse objeto tão rico. Ademais, Paveau (2021) apresenta a definição do comentário digital, afirmando que

em uma perspectiva que considera os enunciados on-line como compósitos tecnolinguageiros que cointegram totalmente a dimensão tecnológica e a dimensão linguageira, o comentário on-line pode ser definido como um tecnodiscurso segundo, produzido num espaço escritural específico e enunciativamente restrito, no seio de um ecossistema digital conectado. (PAVEAU, 2021, p. 102)

Então, todo e qualquer comentário parte de um texto primeiro, denominado “publicação”. Segundo Paveau (2021, p. 106), “os comentários, textos segundos, são coextensivos ao texto primeiro, e o conjunto forma um todo discursivo único e ampliado.”. No caso desta pesquisa, como dito anteriormente, a publicação que rendeu o

corpus continha uma pergunta: “qual é a opinião de vocês sobre a linguagem neutra?”, e foi a partir daí que as interações, por intermédio dos comentários, surgiram. A troca dialogal e polêmica acabou por interferir nas regras do grupo LDRV, que tem alguns administradores que detêm o poder de excluir publicações e banir alguns integrantes.

Ainda de acordo com Paveau (2021), existem quatro categorias de comentários digitais: relacional; deslocado; compartilhamento e conversacional, sendo que apenas este último diz respeito ao *corpus* deste trabalho. Para a autora, o comentário conversacional é um lugar de relacionalidade, por meio do qual as pessoas manifestam suas opiniões, desejos, experiências e reivindicações, e é por isso que essa categoria de comentário melhor se encaixou na proposta deste trabalho.

A internet é o lugar da diversidade e, de acordo com Castells (2020),

é precisamente devido a sua diversificação, multimodalidade e versatilidade que o novo sistema de comunicação é capaz de abarcar e integrar todas as formas de expressão, bem como a diversidade de interesses, valores e imaginações, inclusive a expressão de conflitos sociais. (CASTELLS, 2020, p. 457)

Considerando que os comentários são textos segundos, e que “não é a extensão que delimita o que é um texto. Como dissemos, é o fato de, ao ser referido à discursividade, constituir uma unidade em relação à situação” (ORLANDI, 2005, p. 67), eles acabam sendo uma unidade de análise afetada pelas condições de produção, além de um “espaço significativo: lugar de jogo de sentidos, de trabalho da linguagem, de funcionamento da discursividade. Como todo objeto simbólico, ele é objeto de interpretação” (ORLANDI, 2005, p. 70). Os comentários são, portanto, o objeto de análise desta dissertação, já que essa unidade textual possibilita, através do como se diz, perceber a tomada de posição do sujeito, podendo identificar se há plena identificação, desidentificação ou contraidentificação pela inclusão não binária na língua portuguesa.

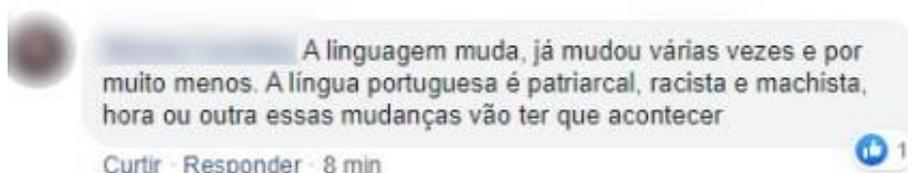
3.5 Plena identificação

O universo digital possibilitou uma reconstrução da sociabilidade, tornando-a um individualismo conectado. Ainda assim, os grupos, também chamados de “comunidades”, são compostos por indivíduos que possuem mentes semelhantes (CASTELLS, 2020). Logo, o grupo LDRV tem algo em comum: membros LGBTQ+ e simpatizantes, mas mesmo dentro de um corpo social com uma luta ideológica em

comum, as relações de poder e, portanto, as formações discursivas, podem destoar, afinal a FD não é homogênea, tanto que a noção trabalhada na análise do discurso abarca a sua heterogeneidade.

Dito isso, e retomando as três divisões de comentários já mencionadas, a primeira a ser analisada é a de tomada de posição de plena identificação. E será através das análises a seguir, que demonstrarei como concluí que esses enunciados se encaixavam nesta modalidade.

Imagem 5 - Comentário sobre a inclusão não binária na língua

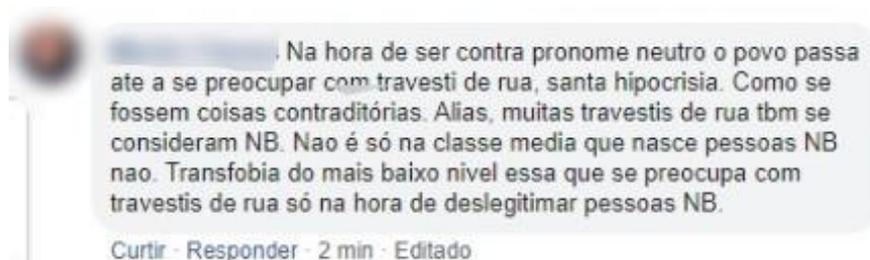


Fonte: Print screen do Facebook (2021)

A Imagem 5 traz um comentário que aborda a característica machista e patriarcal da língua portuguesa, o que marca a presença da heterogeneidade discursiva de discursos que circulam dentro e fora do meio acadêmico sobre a gramática normativa. Como discorrido no capítulo 2, o discurso sobre o machismo enraizado na LP advém da associação do gênero gramatical com o sexo, somada à predileção pelo masculino em situações de plural. Esse é um saber do senso comum, por ser muitas vezes construído na escola, que concebe a língua portuguesa como sinônimo de gramática normativa. Isso acontece porque a sociedade é estruturalmente patriarcal, racista e machista, então é natural que a língua espelhe isso.

Ao predicar a língua portuguesa como machista, é possível perceber a inscrição do sujeito em uma formação discursiva feminista, que nega o discurso da superioridade do “masculino” sobre o “feminino”. De forma semelhante, pregar a língua como racista indicia a inscrição do sujeito em outra FD: a antirracista. Há, portanto, uma plena identificação com a Forma-sujeito, porque não há tensão entre a posição-sujeito e a FD de luta LGBTQ+, visto que a inclusão não binária na marcação de gênero na língua se dá de maneira natural para esse sujeito, além de ter o distanciamento do conservadorismo e a abertura à diversidade humana.

Imagem 6 - Comentário sobre a inclusão não binária na língua



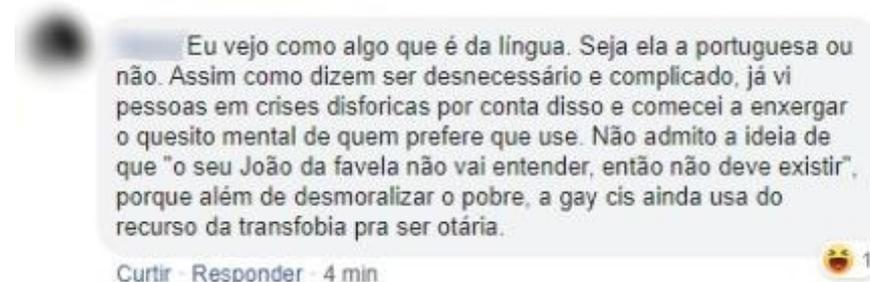
Fonte: Print screen do Facebook (2021)

No enunciado “na hora de ser contra pronome neutro o povo passa até a se preocupar com travesti de rua”, a escolha lexical “o povo” acaba por excluir o próprio sujeito enunciativo desse grupo contrário ao uso de marcadores de neutralidade de gêneros gramaticais, de maneira que indica sua posição sujeito de plena identificação com a luta não binária. Além disso, o uso da palavra “até” provoca o efeito de sentido de que quem é contra a causa NB utiliza argumentos de outras lutas para atestar outras prioridades, mas que não se preocupam de fato com essas causas sociais.

A sequência enunciativa “muitas travestis de rua tbm se consideram NB. Não é só na classe média que existe pessoas NB”, entretanto, retoma discursos marcadamente opostos à causa, por afirmar que a luta não binária é elitista, e que devemos nos preocupar com as pessoas transexuais que moram nas ruas, porém, há um desmantelamento desses argumentos, ao se fazer a alegação da existência de muitas travestis não binárias.

Também é visto no comentário, que o sujeito classifica as pessoas que utilizam a justificativa de respeitar hierarquia de lutas como transfóbicas, o que permite verificar um apontamento da posição-sujeito de plena identificação também com a FD militante a favor da causa transexual. Assim, a fuga da binariedade na língua não é questionada, porque trata-se de um bom sujeito.

Imagem 7 - Comentário sobre a inclusão não binária na língua



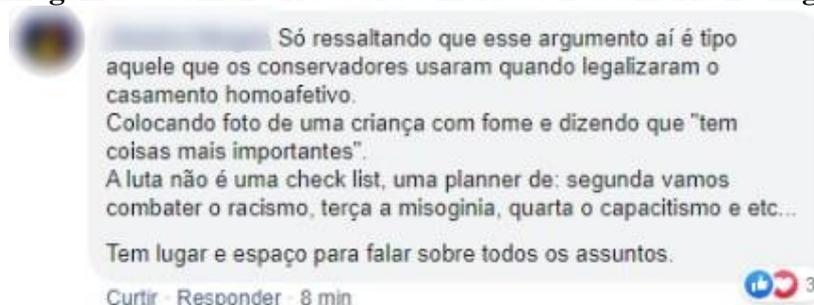
Fonte: Print screen do Facebook (2021)

O enunciado da Imagem 7 reproduz o discurso da FD de militância pela causa LGBTQ+ ao marcar que o sujeito já presenciou crises disfóricas⁵ de pessoas transexuais e, portanto, entende o impacto e a importância de lutas como o da marcação do gênero não binário na língua. Dado o exposto, percebe-se, através da falta de questionamento e contradição, uma tomada de posição de plena identificação do sujeito com a Forma-sujeito da FD de militância LGBTQ+.

Há, no discurso desse sujeito, uma crítica à própria comunidade LGBTQ+, quando afirma que “a gay cis ainda usa do recurso da transfobia pra ser otária”. Isso pressupõe que, segundo o dito da publicação, quem é contra a neutralidade de gênero gramatical são gays cisgêneros, e classifica esse posicionamento como transfóbico. Além de confirmar que dentro de uma mesma comunidade os conflitos continuam, percebe-se que nem todo LGBTQ+ luta por todas as causas propostas pela comunidade.

Através do uso das aspas, faz-se uma retomada, em tom de julgamento e desaprovação, do argumento que se mostra recorrente de quem se opõe à luta não binária: “o seu João da favela não vai entender, então não deve existir”, classificando-o como desmoralizador dos pobres, dado que se trata de uma FD burguesa. O enunciado “não admito”, anterior à citação, permite perceber a desidentificação do sujeito com essa FD burguesa.

Imagem 8 - Comentário sobre a inclusão não binária na língua



Fonte: Print screen do Facebook (2021)

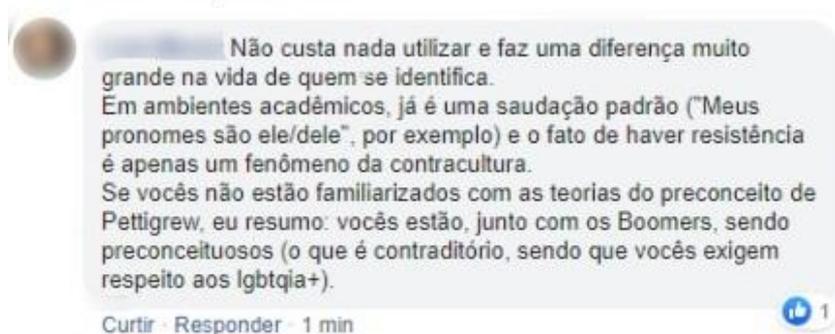
Nesta publicação, o enunciado “só ressaltando que esse argumento aí é tipo aquele que os conservadores usaram quando legalizaram o casamento homoafetivo” aproxima o posicionamento discursivo opositor à luta não binária ao da FD conservadora. A ruptura com essa FD acontece mais adiante na publicação, mediante a

⁵ Estado de tristeza, desconforto e/ou mal estar por não se identificar com o gênero socialmente imposto desde o nascer.

afirmação de que “a luta não é um check list, uma planner”, sendo reforçada com a listagem de combate ao racismo, misoginia, capacitismo, etc.

Esse é um discurso contrário à priorização de lutas, que estabelece um julgamento de hierarquia. Isso é reforçado através da crítica a um discurso procedente de uma FD conservadora, que é retomado no texto com o recurso de aspas. A crítica é um efeito de sentido produzido pelo enunciado “tem lugar e espaço para falar sobre todos os assuntos”, que desqualifica o discurso conservador retomado no texto. Dessa maneira, a desidentificação do sujeito com a FD conservadora aponta para a plena identificação do sujeito com a FD de luta LGBTQ+ que, juntamente com a FD progressista, aparecem em discursos militantes como o da inclusão não binária na língua portuguesa.

Imagem 9 - Comentário sobre a inclusão não binária na língua



Fonte: *Print screen do Facebook (2021)*

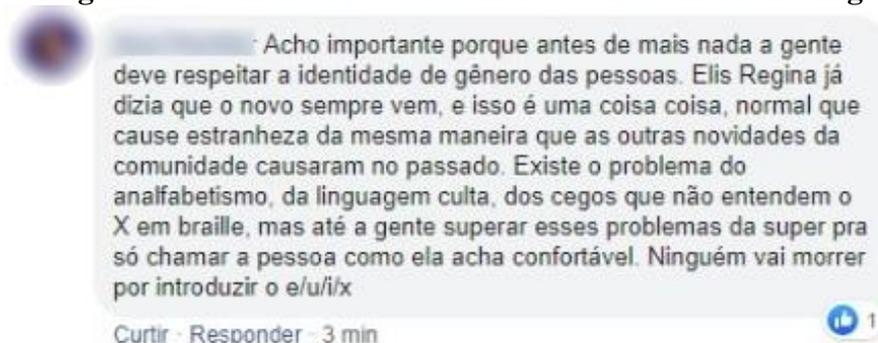
No *post* anterior, o enunciado “não custa nada utilizar e faz uma diferença muito grande na vida de quem se identifica”, com o “quem” se referindo à pessoa de gênero não binário, marca a tomada de posição do sujeito de plena identificação com a FD de luta LGBTQ+ para incluir pessoas NB na língua portuguesa. A ausência de críticas ou questionamentos permite pressupor que é natural para o sujeito o movimento de acolher pessoas que não se identificam com o gênero feminino ou masculino, o que indicia, também, a inscrição desse sujeito em uma FD humanista.

O dito “em ambientes acadêmicos, já é uma saudação padrão” atesta o discurso de autoridade da academia, que define o que pode/deve ou não ser utilizado. Também foi utilizado o recurso das aspas para retomar a saudação e exemplificar como ela acontece: “meus pronomes são ele/dele”, tratando-se de um argumento para reiterar que é algo que já está em uso e, portanto, que deveria ser aceito.

O enunciado entre parênteses no final do texto produz o efeito de sentido de observação ou nota. Ademais, a contradição existente se dá porque os comentários

foram gerados em um grupo que exige respeito, acolhimento e sororidade aos LGBTQIA+, pois seus componentes são, predominantemente, parte dessa comunidade. Além disso, a escolha do pronome “vocês”, no enunciado “vocês estão, junto com os Boomers, sendo preconceituosos”, exclui o sujeito enunciator da prática, pois revela que ele não está junto com os Boomers – pessoas nascidas entre os anos 1946 e 1964 –, e que tampouco compartilha do preconceito contra os não binários. Esses argumentos reforçam que o sujeito em questão é um bom sujeito.

Imagem 10 - Comentário sobre a inclusão não binária na língua



Fonte: *Print screen do Facebook (2021)*

A Imagem 10 apresenta uma publicação que é iniciada com a seguinte afirmação: “deve respeitar a identidade de gênero das pessoas”. A escolha do modalizador deôntico “deve” marca a posição assumida pelo sujeito de que o respeito se trata de uma obrigação. Este enunciado pressupõe, portanto, que há um dever de respeito a qualquer gênero, inclusive aos não binários e, portanto, indica a inscrição do sujeito em uma FD humanista, além da tomada de posição de plena identificação com a FD de luta LGBTQ+ pela neutralidade de gênero gramatical.

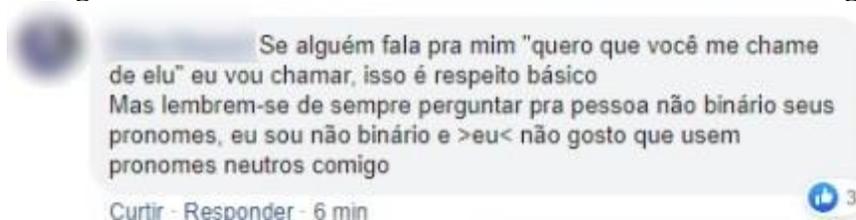
Ademais, Elis Regina foi citada na publicação como figura de autoridade, usando-se o verbo “dizia” para promover uma retomada do discurso da cantora e para fomentar a argumentação, o que aponta para a marca do social de alguém que vivencia o universo LGBTQ+, e sabe qual é a importância dessa figura para a comunidade, já que Elis Regina fez parte da história da representação nacional LGBTQ+ no campo musical. Isso dialoga diretamente com a concepção de memória abordada por Orlandi (2005), uma vez que, para a autora

a memória [...] é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que

retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. (ORLANDI, 2005, p. 29)

Além disso, no texto são levantados alguns aspectos, denominados como “problemas”, que devem ser mais debatidos, tais como: o analfabetismo; a norma padrão da língua e a aplicabilidade em braile, mas em seguida essa colocação é rebatida com um discurso alocado em uma FD progressista e inclusiva, que afirma ainda haver a possibilidade de chamar uma pessoa da forma como ela se sente confortável, mesmo com a presença desses aspectos. Assim, a plena identificação do sujeito é reiterada.

Imagem 11 - Comentário sobre a inclusão não binária na língua

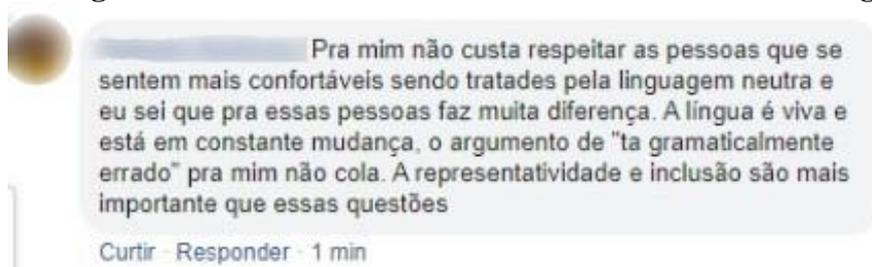


Fonte: *Print screen do Facebook (2021)*

A publicação da Imagem 11 tem em seu texto o uso das aspas com a função de incorporar um discurso de um sujeito NB ao que está sendo apresentado: “quero que você me chame de elu”, e em seguida vem a afirmação de que o sujeito enunciador acataria o pedido por se tratar de respeito básico. Aceitar esse pedido aponta para a posição-sujeito de plena identificação com a FD de militância LGBTQ+. Além disso, a identidade de gênero do sujeito enunciador o inclui na luta pela inclusão não binária na língua.

A posição-sujeito indica sua formação ideológica, que parte da sua experiência social de sujeito não binário, e que permite perceber duas FDs: a de militância pela comunidade LGBTQ+ e a humanista, que prega o respeito para com os semelhantes. Além disso, a estratégia enunciativa de colocar o pronome “eu” entre símbolos marcadamente presentes no ciberespaço, “>eu<”, tem como função chamar a atenção do leitor para o termo em questão. Por se assemelhar a duas setas apontando para uma palavra, nesse caso dando ênfase ao termo “eu”, esse recurso gráfico produz o efeito de sentido de que há a necessidade de frisar que o sujeito enunciador é uma exceção, apresentando-se como exemplo de pessoa que é não binária e que não utiliza marcadores de gêneros gramaticais neutros.

Imagem 12 - Comentário sobre a inclusão não binária na língua



Fonte: *Print screen do Facebook (2021)*

Na publicação acima, o uso da palavra “tratades”, feita a marcação de gênero gramatical neutro através da vogal temática –e, indica a plena identificação do sujeito com a FD de luta LGBTQ+ e, dado que o uso acontece sem questionamento, pode-se dizer que o sujeito se encontra no movimento de inclusão de pessoas não binárias na língua portuguesa. Além disso, é reiterado esse posicionamento discursivo do sujeito por haver o reconhecimento do impacto que a adequação do gênero gramatical ao gênero das pessoas pode ter na vida delas.

No discurso do sujeito enunciativo está presente determinado conhecimento teórico da Linguística, sendo perceptível a inscrição em uma FD teórica e científica, dada a afirmação “a língua é viva e está em constante mudança”. Trazer essa citação em seu discurso abarca um peso considerável para a palavra “mudança”, apontando para seu posicionamento discursivo de quem aceita essas novas alterações e que enxerga abertura na língua para incluir gêneros que vão além do feminino e do masculino, sem questionar.

O uso das aspas no enunciado “ta gramaticalmente errado” é uma estratégia para resgatar o discurso de quem é contrário à luta NB de neutralidade dos gêneros gramaticais. Logo em seguida, a afirmação de que esse discurso “não cola”, em outras palavras, que não o convence, somado ao enunciado “a representatividade e inclusão são mais importante que essas questões”, permite pressupor que o sujeito carrega em seu discurso FDs de militância e de ativismo pela minoria, que ultrapassam as regras gramaticais em questão de importância e prioridade.

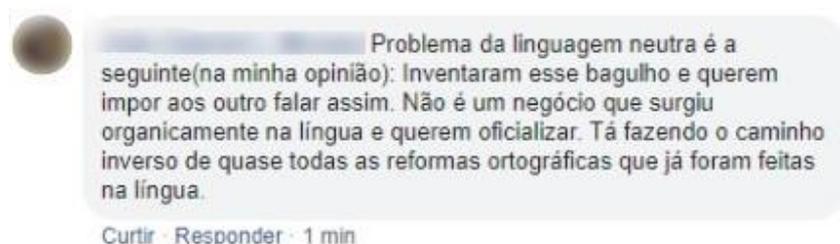
Considerando o exposto, é possível perceber alguns movimentos constantes nos discursos daqueles sujeitos que se posicionam discursivamente com plena identificação com a FD de luta LGBTQ+. Além de serem favoráveis à androginia da língua e apresentarem na materialidade de seus discursos, seus textos possuem algumas coisas em comum, tais como: a retomada de discursos contrários, a fim de refutá-los, o uso de

grafias possibilitadas pelo ciberespaço e por recorrer a discursos de autoridade. As formações discursivas também se assemelham, permeando entre FD teórico-científica, feminista, antirracista, militante/ativista, humanista e inclusiva. Além disso, todas essas FDs se encontram em uma ideologia comum, a progressista.

3.6 Desidentificação

Na contramão da plena identificação do sujeito com a FD de luta LGBTQ+, a desidentificação, apontada por Pêcheux (1995) como terceira modalidade, é uma “tomada de posição não subjetiva” (PECHEUX, 1995, p. 217). A ideologia, nesse caso, funciona às avessas, por haver uma completa ruptura com a FD em questão, e pelo sujeito se inscrever em outra FD, que segue um caminho oposto. Os comentários que marcaram a tomada de posição de desidentificação do sujeito também existem, e são volumosos. Esse posicionamento discursivo será explorado através da análise dos comentários a seguir:

Imagem 13 - Comentário sobre a inclusão não binária na língua

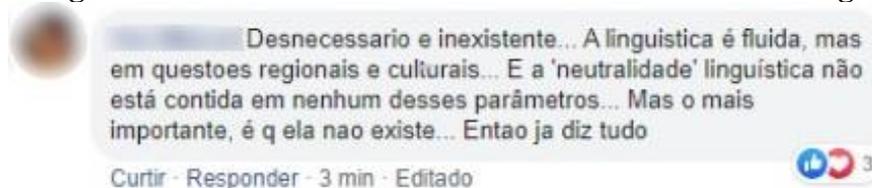


Fonte: *Print screen do Facebook (2021)*

Ao mencionar o surgimento orgânico de mudanças na língua, o texto representado pela Imagem 13 revela um saber de ordem acadêmica sobre a vivacidade da língua. Entretanto, reconhecer apenas a reforma ortográfica como via de alteração aponta uma FD de purismo linguístico (LAGARES, 2018), o que nega o processo de neutralização de gênero gramatical originária do ciberespaço. Do mesmo modo, a concepção de que a proposta de incluir a não binariedade na língua “tá fazendo o caminho inverso de quase todas as reformas ortográficas” marca uma noção de língua estritamente normativa, por crer que as mudanças acontecem apenas através de grandes alterações no sistema linguístico. Além disso, reformas ortográficas são impostas para a população falante, que precisa se adaptar ao novo padrão normativo. Com base nisso, a queixa da “imposição” de inclusão do gênero não binário na língua, somada à escolha lexical “bagulho” e “negócio”, produz o efeito de sentido de menosprezo, e aponta para

tomada de posição de desidentificação do sujeito com a FD de luta LGBTQ+ pela prática de inclusão não binária.

Imagem 14 - Comentário sobre a inclusão não binária na língua

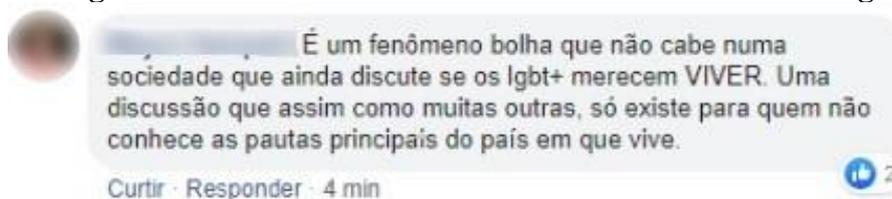


Fonte: Print screen do Facebook (2021)

O comentário exibido na Imagem 14 já se inicia com uma resposta à pergunta da publicação originária, sobre qual é a opinião acerca da ‘linguagem neutra’: “desnecessário e inexistente”, o que permite pressupor que o sujeito não é apenas contrário ao uso de recursos gramaticais neutralizadores de gênero que incluem a comunidade não binária na língua portuguesa, mas que ele também nega sua existência, mesmo com pleno uso no ciberespaço. Além disso, ao argumentar que não existe a neutralidade de gênero gramatical, há o silenciamento de todas as pessoas que utilizam essa estratégia para validarem o seu gênero na língua, alocando-o em uma FD conservadora.

Houve, também, uma troca de conceitos do campo científico, como variação linguística e língua fluida, que aparece no discurso do autor como “linguística fluida”. A mistura de termos manifesta o contato que o sujeito teve com o discurso científico em algum momento de sua vida, uma vez que são termos conceitualmente pensados por linguistas. Entretanto, no decorrer de sua argumentação, o autor afirma que “a linguística é fluida, mas em questões regionais e culturais”, não reconhecendo a cultura LGBTQ+ como parâmetro para variação, o que reitera a sua inscrição em uma FD conservadora em diálogo com uma FD teórica, e apontando sua tomada de posição de desidentificação com a Forma-Sujeito da FD de luta LGBTQ+ sobre a prática de inclusão não binária na língua.

Imagem 15 - Comentário sobre a inclusão não binária na língua



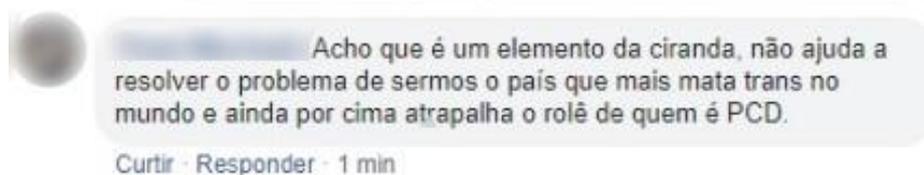
Fonte: *Print screen do Facebook (2021)*

Na publicação retratada pela Imagem 15, o termo “fenômeno bolha” refere-se ao grupo de pessoas que faz uso da neutralização de gênero gramatical. Este termo representa o contato que um usuário estabelece com uma comunidade que pensa de maneira semelhante e, como o algoritmo do *feed* da rede social apresenta apenas informações que são do interesse do perfil, o círculo social continua fechado, passando a ser denominado como “bolha”. Entretanto, afirmar que uma bolha “não cabe em uma sociedade” é incoerente, uma vez que quem compõe essa bolha são os não binários, e eles também integram a sociedade.

A sociedade que o sujeito descreveu ao enunciar o texto é uma “sociedade que ainda discute se os lgbt+ merecem VIVER”. Todavia, esse sujeito entra em contradição ao apresentar a sigla LGBT+ em seu discurso como estratégia para invalidar a discussão da viabilidade e a importância da luta não binária, dado que a letra “T” da sigla se refere aos sujeitos transexuais, e o símbolo “+” aos *queers*⁸⁶. Além disso, o “+” da sigla é utilizado para incluir todos os gêneros, inclusive o não binário, portanto, quando o sujeito enunciador da publicação aponta que a “bolha” não binária não cabe em uma sociedade que discute se os LGBT+ merecem viver, a fim de argumentar contra esse grupo, o seu discurso se torna inconsistente.

Ademais, as maiúsculas utilizadas na palavra VIVER produzem o efeito de sentido de que a discussão acerca da vida é mais importante do que a luta de visibilidade e inclusão NB. Esse argumento é utilizado com frequência em discursos que marcam a desidentificação dos sujeitos com a FD de luta LGBTQ+ pela prática de inclusão não binária na língua. A partir disso, também é possível perceber que o sujeito, ao se desidentificar com uma FD, se inscreve em outra FD, a que nega qualquer debate sobre a inclusão.

Imagem 16 - Comentário sobre a inclusão não binária na língua



⁸⁶ A falta da letra “Q” na sigla atribui ao símbolo “+” a função de representar os *queers*, além de incluir sujeitos que transitam entre o gênero feminino e masculino, e os sujeitos intersexos que estão entre os gêneros por uma questão biológico-anatômica. O que todos apresentam em comum é o não encaixe na norma da binariedade.

O termo “elemento da ciranda”, usado na publicação acima, surgiu a partir da candidatura do *Ciro Gomes*⁷ à Presidência da República no ano de 2018, quando ele se apresentava como um sujeito com posicionamento político de centro-esquerda. Entretanto, com a derrota no primeiro turno, o ex-candidato apresentou discursos neoliberais, tornando-o uma referência do movimento dos “falsos” sujeitos que se dizem de esquerda. Os eleitores ficaram insatisfeitos com a mudança de discurso e estabeleceram uma relação entre o nome do candidato “Ciro” e a dança de roda “Ciranda”.

Associar o nome do candidato à dança é possível, não apenas morfologicamente, mas também porque a dança consiste em passos ritmados dos *cirandeiros*⁸. O movimento político de ciranda se trata, portanto, do foco em pautas que se dizem de esquerda, mas que perpassam por todas as vertentes políticas, não parando em nenhum lugar, tal como a coreografia que passeia pela direita, esquerda e centro da roda. A apresentação do termo na publicação, portanto, evoca as pessoas que lutam pela inclusão não binária na língua em tom crítico, uma vez que o *cirandeiro* não apresenta uma posição fixa. Essa crítica marca a tomada de posição do sujeito de desidentificação com a Forma-Sujeito da FD de luta LGBTQ+ pela prática de neutralização dos gêneros gramaticais na língua.

Como estratégia argumentativa na ordem do dizer, é posto o fato de que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo, e que a luta de inclusão não binária na língua não ajuda a resolver esse problema. Dito isso, é possível pressupor que o sujeito não considera os não binários como transexuais. Percebe-se, nesse discurso, uma hierarquização de causas, estabelecendo-se uma prioridade de atenção e engajamento que anula a luta não binária, por esta não resolver “o problema de sermos o país que mais mata trans no mundo”.

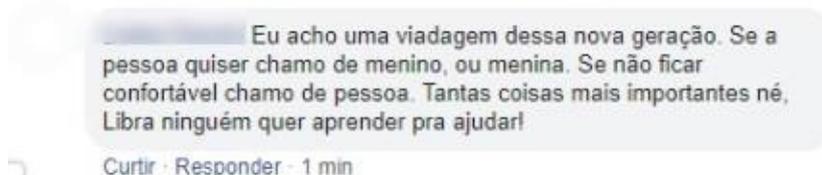
Além disso, a afirmação de que a neutralidade de gêneros gramaticais atrapalha “o rolê de quem é PCD” acaba colocando as pessoas com deficiência em segundo plano, pois não há argumentação sobre o motivo de impossibilitar essa causa. Ademais, revela-se um discurso proveniente de uma FD capacitista, com a concepção de que a

⁷ Político brasileiro filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT)

⁸ Dançarinos da Ciranda. A dança é iniciada com uma pisada forte com o pé esquerdo à frente, impulsionando o corpo para a direita da roda, e seguem dando dois passos para trás e dois passos para frente.

deficiência é um fator limitante para a compreensão das alterações na língua. Essa FD capacitista é, portanto, uma das quais o sujeito se inscreve ao se desidentificar com a FD de luta LGBTQ+ posta em discussão.

Imagem 17 - Comentário sobre a inclusão não binária na língua



Fonte: *Print screen do Facebook (2021)*

O primeiro enunciado do comentário reproduzido pela Imagem 17 aloca o sujeito em uma FD conservadora, atestada através de algumas escolhas lexicais, por exemplo, com o uso da palavra “viadagem”, que compõe os discursos homofóbicos. Vale ressaltar que o grupo em que o comentário foi realizado é composto por membros LGBTQ+ e simpatizantes, então apresentar essa escolha lexical ofensiva comprova que mesmo dentro de uma comunidade que compartilha as mesmas lutas, os conflitos não deixam de existir. O conservadorismo se revela também pela aceitação apenas da binariedade, quando o sujeito confirma que chamaria apenas de menino ou menina, o que aponta para a heterossexualidade compulsória (BUTLER, 1990).

O enunciado “se não ficar confortável” permite presumir que o sujeito sabe da existência de pessoas não binárias e da possibilidade de desconforto com determinados usos de pronomes femininos e masculinos. Entretanto, ao mesmo tempo ele nega essa existência por não se importar com o desconforto, uma vez que atesta que chamaria pessoas da comunidade LGBTQ+ apenas de “pessoa”. Referir-se a um sujeito apenas dessa forma acaba por suprimir toda sua subjetividade, apagando seu nome, suas características e sua identidade. Por também escolher chamar um sujeito não binário conforme o gênero feminino ou masculino, reitera uma FD conservadora, que resguarda a matriz heterossexual, na qual o discurso do autor da publicação está inserido.

Uma estratégia argumentativa que se mostra recorrente nos discursos que se opõem à inclusão não binária na língua é afirmar que há coisas mais importantes pelas quais se deve lutar. Para sustentar o seu posicionamento discursivo, o sujeito enuncia que “libra ninguém quer aprender para ajudar”. Nesse enunciado, apesar do uso do pronome indefinido “ninguém”, este aponta para pessoas que defendem a inclusão não binária, produzindo o efeito de sentido de que pessoas favoráveis a essa luta não se importam com a inclusão de surdos ou que não fazem nada para ajudá-los. Entretanto,

ao utilizar o termo “libra” no lugar de Libras, o sujeito revela pouco conhecimento sobre essa língua, ainda que esteja criticando quem também não o faz. O indicativo de pouco saber sobre a Libras também é realçado pela falta de clareza acerca da ausência de flexão de gênero na língua de sinais. Em outras palavras, na Libras, os adjetivos e substantivos não são marcados por feminino e masculino, de maneira que não há impedimento para tradução, e nem para aprender Libras e ainda apoiar a luta de inclusão não binária na língua portuguesa sincronicamente.

Assim, a posição sujeito de desidentificação com a FD de luta LGBTQ+ é comprovada, uma vez que o sujeito está inscrito em uma FD conservadora que apresenta uma ideologia marcadamente oposta ao que a comunidade *queer* prega. Os valores postos pelo conservadorismo são outros, até porque essa FD carrega uma Forma-Sujeito antagônica à da FD de luta LGBTQ+.

Imagem 18 - Comentário sobre a inclusão não binária na língua



Fonte: *Print screen do Facebook (2021)*

O comentário acima é iniciado com a afirmação “não gosto e não uso”, que produz o efeito de sentido de que mesmo que algumas pessoas se sintam mal e incomodadas, o sujeito continuará chamando-as por pronomes e vogais temáticas que não as representam, como o masculino que, segundo o sujeito, é usado para “generalizar”, pois “é a regra ortográfica”. Essas afirmações sinalizam a concepção de língua baseada no padrão normativo, alocando seu discurso em uma FD de purismo linguístico pautado na gramática normativa. Além dessa formação discursiva, percebe-se outra: a conservadora, dado que, mesmo sabendo da existência de pessoas não binárias, segue convocando o binarismo – feminino ou masculino –, e afirmando que as tratará dentro desses gêneros gramaticais.

O último enunciado da publicação é voltado para a argumentação que tem como finalidade sustentar a posição sujeito de desidentificação com a FD de luta LGBTQ+ pela inclusão não binária na língua portuguesa. Nele, a palavra “muito” é posta em

maiúsculas, produzindo o efeito de sentido de reforço, de intensidade, com o intuito de convencer o leitor da veracidade desse posicionamento. Utiliza-se, ainda, da luta de pessoas com deficiência, em específico os cegos, como suporte para dismantelar a usabilidade e alcance da neutralidade de gêneros gramaticais, de maneira que marca a inscrição desse sujeito em mais uma FD, a capacitista.

Imagem 19 - Comentário sobre a inclusão não binária na língua



Fonte: Print screen do Facebook (2021)

As adjetivações “excludente”, “elitista” e “coisa de militante do *twitter*”, expostas no comentário acima, referem-se ao método de neutralização dos gêneros gramaticais, sendo possível perceber a tomada de posição do sujeito de desidentificação com a FD de luta LGBTQ+ pela prática de inclusão não binária na língua. Salienta-se que o termo “militante” carrega em si o discurso de conservadores, por ser usado para se referir ao grupo ativista progressista, afinal, militantes eram pessoas defensoras da causa socialista, mas com o avanço da tecnologia, e com o surgimento da internet, o termo foi ressignificado pejorativamente para se referir às pessoas que escrevem longos textos sobre as causas sociais nas redes. Esse peso pejorativo do termo “militante” aponta para a inscrição do sujeito em outra FD, a conservadora.

Além disso, foi usada a estratégia argumentativa de pautar a taxa de analfabetismo no Brasil para reforçar a definição de tratar-se de uma luta “elitista”, e

para sustentar ainda mais esse argumento, a afirmação de que “primeiro tem que ensinar o trabalhador a escrever casa” aparece, de forma que apresenta uma concepção de trabalhador pobre e, portanto, sem estudo, generalizando os sujeitos que ocupam esse lugar social. Essa noção de trabalhador parte da inscrição do sujeito em mais uma FD, a burguesa, em que perpetua a crença de que os mais pobres, e com acesso restrito a determinadas informações, não compreenderão a neutralidade de gênero gramatical. Em consonância com as argumentações que são contrárias ao uso da inclusão não binária na língua, a concepção de que é “excludente” se dá pela crença de que alguns grupos formados por pessoas com deficiência apresentarão dificuldade de compreender as alterações feitas na língua, tratando-se, portanto, de uma inscrição em mais uma FD, a capacitista.

Outro aspecto que demonstra o posicionamento discursivo do sujeito é que, em sua concepção, a neutralização de gêneros gramaticais é desnecessária, visto que, segundo ele, o que torna uma palavra “neutra” é o artigo e não a última letra da palavra. Ao conceber a inclusão não binária dessa maneira, é possível pressupor determinado desconhecimento do sujeito acerca daquilo que ele critica, pois as estratégias neutralizadoras de gênero gramatical são aplicadas não apenas em artigos, mas também em pronomes e vogais temáticas.

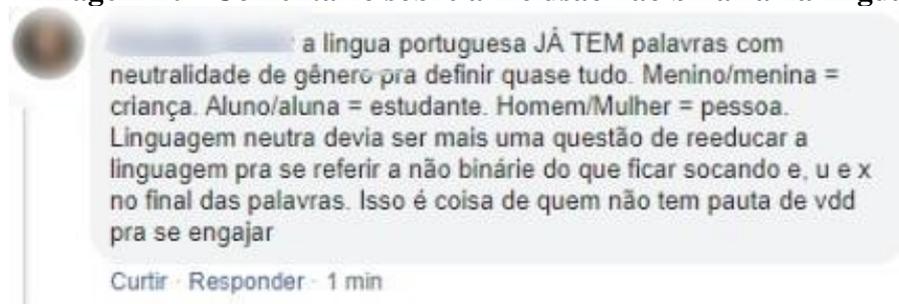
Na publicação, o dizer sobre “cancelar as pessoas” nos permite perceber a marca do social de imersão no ciberespaço, por demonstrar conhecimento das práticas adotadas por internautas que, ao repudiarem alguma fala ou atitude, em um efeito de manada, acabam por atacar e excluir as pessoas que as cometem. Esse movimento é denominado nas redes como “cultura do cancelamento”.

O enunciado “Fiquem com Deus”, que indica uma saudação do cristianismo, é utilizado como estratégia de finalização do dizer e sua utilização, somada ao uso de maiúscula em “Deus”, o que caracteriza um substantivo próprio, permite dizer que o sujeito está inscrito, portanto, em uma FD religiosa cristã. Abaixo da publicação, é inserido um meme⁹ com a imagem da cantora Gretchen, em um movimento com as mãos como se a captura da foto fosse a de um beijo, que é acompanhada do enunciado “bjs vai pro inferno”. A imagem, somada ao texto verbal, indica não apenas deboche, mas também a finalização de uma ideia e despedida. Ademais, a escolha de um meme

⁹ “Trata-se de compósitos tecno-verbo-icônicos [...] que são objeto de operações de repetição e de reformulação, no quadro de uma difusão viral, isto é, ao mesmo tempo, rápida e numerosa” (PAVEAU, 2020, p. 350)

que traz o termo “inferno” reforça a FD cristã, dado que a concepção da existência do dualismo de céu e inferno é oriunda do cristianismo.

Imagem 20 - Comentário sobre a inclusão não binária na língua



Fonte: *Print screen do Facebook (2021)*

O comentário da Imagem 20 apresenta, em seu corpo, o recurso gráfico *caps lock*, propiciado pelo ambiente virtual, no enunciado “já tem”, de maneira que produz o efeito de sentido de ênfase no aspecto de não precisar de nenhuma outra maneira de contemplar a neutralidade de gênero na língua portuguesa. Essa estratégia de deixar o termo em maiúsculas aponta para posição sujeito de desidentificação à FD de luta LGBTQ+ pela androginia da língua. Também, a partir da afirmação “a língua portuguesa JÁ TEM palavras com neutralidade de gênero para definir quase tudo” pode se perceber uma concepção de língua acabada, fechada e que, portanto, não precisa de alterações, porque ela já supre todas as demandas. Essa noção é propiciada pela inscrição do sujeito em uma FD de purismo linguístico.

De acordo com as afirmações feitas na publicação, o sujeito apresenta uma concepção de neutralização de gênero gramatical um tanto quanto divergente dos sujeitos que estão em plena identificação com a FD de luta LGBTQ+, pois para ele apenas acrescenta-se indiscriminadamente ao final das palavras as vogais –E e –U e a consoante –X. A fim de suprir a demanda da comunidade não binária, algumas propostas de “palavras com neutralidade” são feitas, porém, essas palavras não são realmente eficazes, dado que nem sempre o gênero é definido na palavra em si, mas no artigo anteposto a elas. Por exemplo, a palavra que substituiria o termo aluno(a) seria estudante, mas antes dessa palavra ainda há a necessidade de marcar o gênero: o estudante/a estudante.

A denominação da luta de inclusão não binária como “linguagem neutra” nos permite pressupor, considerando o exposto anteriormente, que o sujeito não considera os não binários como pertencentes à linguagem humana. Além disso, ao utilizar o termo

“não binária” produz-se um efeito de sentido de ironia e provocação, o que direciona seu discurso como contrário à neutralização de gêneros gramaticais, porque o termo não binário faz referência ao gênero, palavra masculina, então, nesse caso, o uso da vogal temática –E não foi a fim de apoiar a causa, mas para desdenhar dela. Por fim, a afirmação “isso é coisa de quem não tem pauta de vdd para se engajar” reforça o posicionamento discursivo do sujeito, visto que os termos “isso” e “coisa” são utilizados para referir à luta não binária, e produz um efeito de sentido de menosprezo e desconsideração.

Imagem 21 - Comentário sobre a inclusão não binária na língua

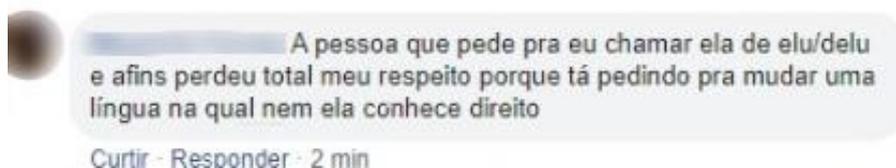


Fonte: Print screen do Facebook (2021)

De imediato, através da afirmação “pode existir à vontade”, é possível compreender que a existência desse modo de comunicação não afeta o sujeito autor do comentário acima. A permissão que esse sujeito concede no enunciado “pode existir à vontade” não marca apoio, tampouco afirma o uso em práticas discursivas, afinal, logo em seguida, a locução adverbial “contanto que”, motivador de produção de um efeito de sentido de atenuação, aponta um incômodo com a hipótese da criação de uma lei que o obrigue a falar dessa maneira. Portanto, por mais que a permissão no início da publicação possa indicar um ponto favorável, o fator atenuante revela no discurso a posição discursiva do sujeito de desidentificação com a FD de luta LGBTQ+ pela prática de inclusão não binária na língua portuguesa.

O uso do verbo “obrigar” sugere que o sujeito seria forçado a usar palavras com gênero gramatical neutro, reforçando seu posicionamento discursivo. Essa obrigação só aconteceria mediante a criação de leis, indicando a inscrição do sujeito em uma FD conservadora, uma vez que, mesmo o sujeito reconhecendo a existência dessa forma de referenciar pessoas não binárias, ele não a usa, e nem deseja que surjam leis que o façam usá-la.

Imagem 22 - Comentário sobre a inclusão não binária na língua



Fonte: *Print screen do Facebook (2021)*

O enunciado “a pessoa que pede pra eu chamar ela de elu/delu e afins perdeu total meu respeito” marca o posicionamento discursivo do sujeito como contrário à neutralidade do gênero gramatical. Através da assertiva, é possível pressupor que o autor se nega, inclusive, a atender aos pedidos individuais de uso desses pronomes e não respeita quem o pede, portanto, nega a luta da comunidade não binária, de forma que manifesta uma posição sujeito de desidentificação com a FD de luta LGBTQ+, e a sua inscrição em uma FD conservadora. Tal FD, além de silenciar uma comunidade subversiva aos padrões heteronormativos, afirma abertamente não respeitar sujeitos que não se identificam com o gênero que lhe foi imputado. Trata-se, portanto, de um discurso transfóbico.

A concepção de língua apresentada é de uma acabada, fechada e imutável, advinda de uma FD de purismo linguístico que não suporta alterações, muito menos as propostas por grupos de minorias sociais, afinal, no discurso desse sujeito, a estrutura da língua já concebe o masculino como neutro. Assim, o sujeito acaba por conceber a noção de que pessoas não binárias não conhecem a língua direito, pois, caso contrário, esse grupo não ousaria subvertê-la.

No decorrer dos comentários apresentados neste tópico conseguimos perceber algumas semelhanças nos discursos dos sujeitos que se desidentificam com a luta LGBTQ+, e as formações discursivas nas quais os sujeitos se inscrevem são uma delas. É recorrente a inscrição dos sujeitos em uma FD capacitista, que concebe as pessoas com deficiência como incapazes de aprender ou usar o método de androginia da língua, também na FD burguesa, que enxerga a classe trabalhadora como analfabetos e impossibilitados de compreender mudanças na língua. Ademais, também se inscrevem na FD de purismo linguístico, que coloca a língua como sacramentada, sem necessidade de alteração por ser perfeita, de forma que ignora toda e qualquer demanda social.

Com isso, vimos que todas essas FDs apontam para uma ideologia em comum: a conservadora, que defende o tradicionalismo das instituições sociais. Assim, discursos homofóbicos, transfóbicos, capacitistas e elitistas se mostraram constantes nos

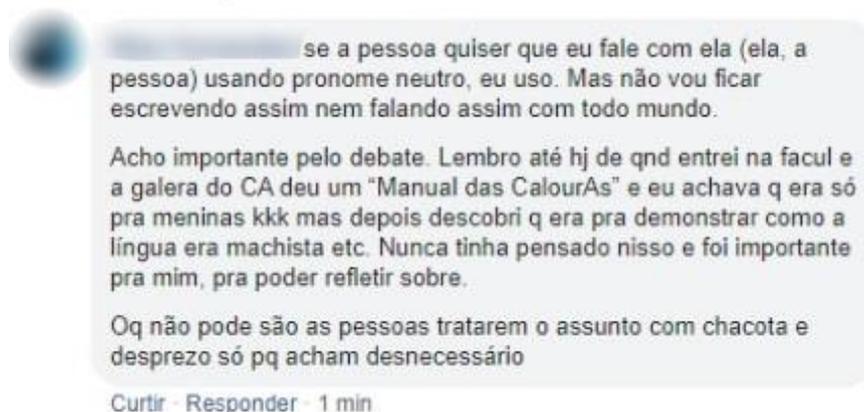
comentários que se opõem à FD de luta LGBTQ+ pela inclusão não binária na língua portuguesa.

3.7 Contraidentificação

Este trabalho foi realizado a partir da premissa de que não há neutralidade discursiva, tampouco indiferença, mas de que se trata de um acobertamento ideológico da descontinuidade (PÊCHEUX, 1995). Em outras palavras, a ideologia está presente nos discursos e, portanto, o posicionamento discursivo é inevitável, ainda que haja determinado acobertamento realizado através de estratégias argumentativas e/ou escolhas sintáticas, que acabam por estabelecer uma ilusão ao leitor. E isso se dá pela posição sujeito de contraidentificação.

Nesta, ainda que haja críticas direcionadas à alguns saberes da Forma-Sujeito da FD de luta LGBTQ+, elas não são feitas de modo tão severo a ponto de tomar uma posição sujeito de desidentificação, porque não há ruptura e inscrição em outra FD, então ainda há identificação. Este tópico tem como finalidade investigar, através de análises discursivas dos comentários a seguir, como o discurso de contraidentificação do sujeito é materializado.

Imagem 23 - Comentário sobre a inclusão não binária na língua



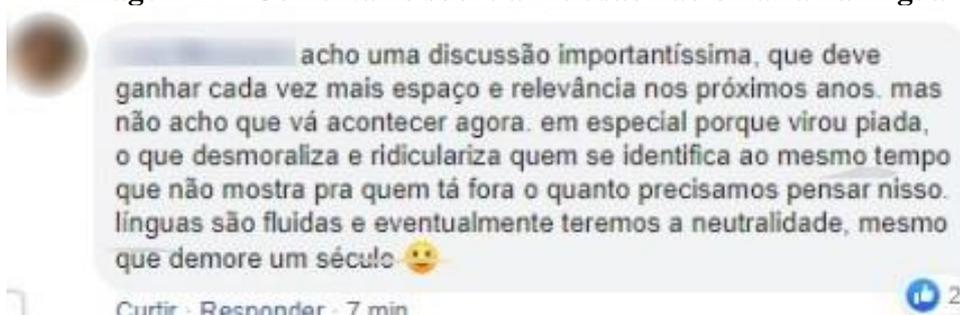
Fonte: *Print screen do Facebook (2021)*

O comentário acima é iniciado com a afirmação de que o uso de gêneros gramaticais neutralizados se dará a partir de pedidos individuais de pessoas não binárias, mas isso é acompanhado por uma ressalva: o uso da marcação de gênero gramatical neutro no coletivo não acontecerá. No decorrer desse enunciado, o uso dos parênteses, que tem como finalidade justificar o uso do pronome “ela”, dado que se

refere ao termo “pessoa”, indica respeito ao gênero não binário e, portanto, aponta para a posição sujeito de contraidentificação com a Forma-Sujeito da FD de luta LGBTQ+ a favor da inclusão não binária na língua portuguesa.

Ao apresentar um testemunho de um fato ocorrido na faculdade, é possível perceber a experiência social acadêmica do sujeito. Dentro desse ambiente, o contato com novas experiências linguísticas permite a reflexão do sujeito acerca da concepção de linguagem vinculada ao corpo social. Assim, marca-se a inscrição do sujeito em uma FD de militância feminista manifestada em meio acadêmico, a qual dialoga diretamente com a FD que ele contraidentifica, dado que o movimento feminista foi um dos propulsores. Também, ao afirmar que as pessoas não podem tratar o assunto com chacota e desprezo, o posicionamento discursivo em prol da visibilidade não binária é verificado, pois, dito isso, pressupõe-se que o sujeito se exclui do meio dessas “pessoas”, por considerar a luta através da língua uma pauta legítima.

Imagem 24 - Comentário sobre a inclusão não binária na língua



Fonte: Print screen do Facebook (2021)

O comentário exibido na Imagem 24 é iniciado com a afirmação “acho uma discussão importantíssima”. Nesse caso, o sufixo –íssima marca o grau de importância que o sujeito atribui à luta de inclusão não binária e, em sequência, a alegação de que gradativamente essa discussão ganhará espaço e relevância permite perceber a legitimidade que o sujeito atribui à causa não binária, além de apontar sua inscrição em uma FD progressista.

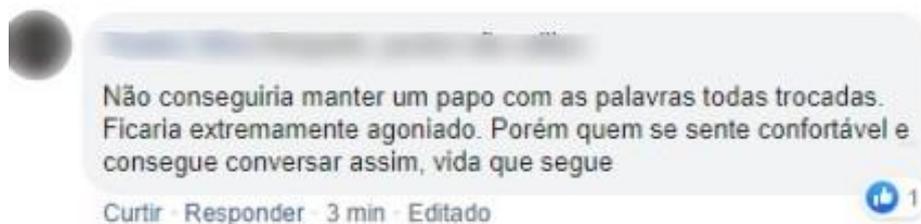
O questionamento temporal que o sujeito faz na publicação não revela neutralidade discursiva, e tampouco o posiciona como contrário à luta não binária, pois trata-se de uma crítica. Neste caso, a conjunção adversativa “mas” não foi utilizada a fim de negar as afirmações antepostas a ela, inviabilizando ou invalidando a causa, pois está referindo-se à abertura de um enunciado para apontar possíveis dificuldades e obstáculos que a comunidade pode encontrar para a implantação da neutralidade de

gêneros gramaticais por agora. Isso, portanto, indica a tomada de posição do sujeito de contraidentificação com a FD de luta LGBTQ+.

A afirmação “não acho que vá acontecer agora”, ainda seja que frequente o uso de enunciados com neutralidade de gêneros gramaticais nas redes sociais, se dá pela preocupação com aqueles que se identificam como não binário, em virtude de o assunto ser tratado como chacota em alguns grupos sociais. Isso acontece, porque ao navegar pelas redes sociais é possível nos deparar com exageros, tais como “elu é sem genere”, que produz efeito de chacota acerca da androginia da língua. Por esse motivo, a afirmação de que o assunto “virou piada” é posta, porque há um grupo composto por sujeitos que se desidentificam com a FD de luta LGBTQ+ que satirizam a luta não binária de maneira que a inviabiliza. Quem deseja impossibilitar o uso da neutralidade de gêneros gramaticais são aqueles que se posicionam contra essa pauta, então é possível conceber essas “piadas” como advindas desse posicionamento.

Após criticar o uso exagerado que busca desmoralizar e inviabilizar a luta não binária, o sujeito reforça que “precisamos pensar nisso”, outro fator determinante para perceber seu posicionamento discursivo acerca dessa causa. Inclusive, é possível verificar a inscrição do sujeito em uma FD teórica e científica que concebe a língua como fluída e que é a fim de atender as demandas sociais, dado o enunciado “as línguas são fluidas e eventualmente teremos a neutralidade”.

Imagem 25 - Comentário sobre a inclusão não binária na língua



Fonte: Print screen do Facebook (2021)

No comentário da Imagem 25, a neutralidade de gêneros gramaticais é intitulada como “as palavras todas trocadas”, limitando o que de fato é a estratégia de inclusão não binária na língua. Somado a isso, as afirmações de não conseguir manter um diálogo dentro das alterações de gênero propostas, a fim de respeitar o sujeito com o qual interage, e da garantia de ficar “extremamente agoniado” já permitem vislumbrar o posicionamento discursivo do sujeito acerca da neutralização da marcação de gênero

gramatical. E, até então, nota-se que não há uma plena identificação, pois é natural que o sujeito não concorde com aquilo que lhe deixo em extrema agonia.

Todavia, a conjunção adversativa “porém” sinaliza uma nova oração oposta ou com função restritiva daquilo que foi anteriormente dito. Assim, o leitor encontra o enunciado “quem se sente confortável e consegue conversar assim, vida que segue”, que permite pressupor determinada falta de implicância com quem usa, ainda que o sujeito seja excluído da afirmação. Em outras palavras, o sujeito não se sente confortável, nem consegue conversar adotando estratégias de neutralização de gênero gramatical, mas a expressão “vida que segue” indica um assentimento diante de um infortúnio: a luta não binária. A partir dessa expressão, é possível afirmar que a posição-sujeito é de contraidentificação, uma vez que ele apresenta críticas e ressalvas, mas ainda está inscrito na FD de luta LGBTQ+ e aceita o debate.

Imagem 26 - Comentário sobre a inclusão não binária na língua



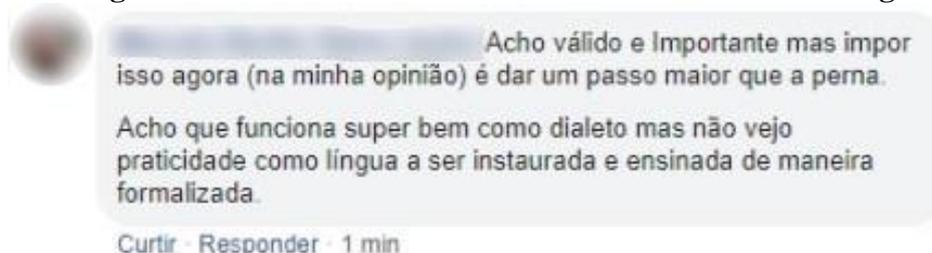
Fonte: Print screen do Facebook (2021)

No comentário acima, a afirmação de que o sujeito passou pelo processo de *trainee* em empresas permite verificar a inscrição dele em uma FD de classe trabalhadora. Ademais, a declaração de que empresas utilizam a neutralização de gêneros gramaticais permite pressupor que essa estratégia de comunicação ultrapassou os limites virtuais, e que está inserida no mercado.

Algumas escolhas lexicais, tais como se referir à neutralidade dos gêneros na língua como “isso”, acaba por provocar o efeito de sentido de desdém e indiferença, e ao usar como uma “onda”, que se trata de uma metáfora, produz o efeito de ser algo que está crescendo e ganhando visibilidade, mas que some e não é mais discutido com o passar do tempo. Além disso, quando o autor atesta que deixou de ficar “puto”, expressa que deixou de se importar e/ou enfurecer com o assunto, já que vivenciou o uso de recursos linguísticos voltados para a inclusão desse grupo no cotidiano, e se deparou com a aplicabilidade deles fora das redes sociais. Isso é reflexo da posição sujeito de contraidentificação com a Forma-Sujeito da FD de luta LGBTQ+ pela inclusão de

pessoas de gênero não binário na língua, porque as críticas existem, mas não desvinculam o sujeito dessa FD.

Imagem 27 - Comentário sobre a inclusão não binária na língua



Fonte: *Print screen do Facebook (2021)*

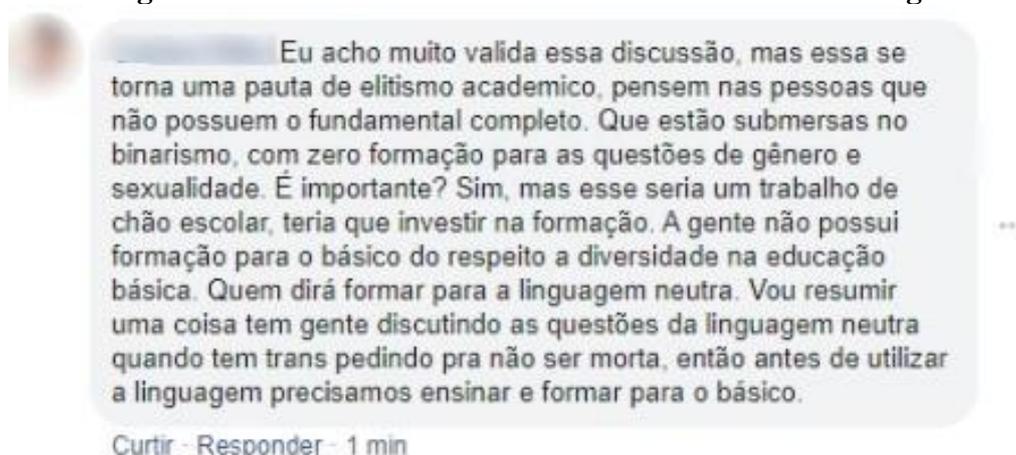
Há, no comentário representado pela Imagem 27, uma validação da luta pela inclusão não binária e de sua importância, de acordo com o primeiro enunciado. Todavia, logo é utilizada uma conjunção adversativa “mas”, seguida de um argumento: “dar um passo maior que a perna”. A conjunção adversativa, somada ao argumento, demonstra que o sujeito critica a inclusão não binária, e lhe dá abertura para externar outras contestações acerca da causa.

O enunciado “acho que funciona super bem como dialeto” expõe outra marca do ideológico do sujeito. Sobre essa expressão “dialeto”, Marcos Bagno (2014) explica, no Glossário Ceale, que a sociolinguística concebe o vocábulo como pejorativo e, portanto, busca substituir por “variedade”. Isso acontece, porque a expressão ficou historicamente marcada como parte primitiva e deficiente de uma língua oficial que é posta, autêntica e civilizada. Portanto, ao confirmar a funcionalidade como dialeto, o discurso permite pressupor que o sujeito compreende a neutralidade do gênero gramatical como parte falha da língua.

Posposto ao enunciado analisado, há outra conjunção adversativa “mas”, que inicia uma afirmação que marca o posicionamento discursivo do sujeito acerca da neutralidade de gêneros gramaticais: “não vejo praticidade como língua a ser instaurada e ensinada de maneira formalizada”. É possível perceber, assim, a inscrição do sujeito em uma FD de purismo linguístico, que concebe como língua apenas aquilo que é formalmente ensinado em instituições escolares. Também, há um apagamento da cibercultura, decisiva para o surgimento dessa discussão e onde a neutralidade de gêneros gramaticais é praticada. Entretanto, não há ruptura com a Forma-Sujeito da FD de luta LGBTQ+, pois há validação e reconhecimento da importância da causa, e o

sujeito apenas aponta críticas e ressalvas, mas não a ponto de estabelecer uma tomada de posição de desidentificação com a FD de luta LGBTQ+.

Imagem 28 - Comentário sobre a inclusão não binária na língua



Fonte: *Print screen do Facebook (2021)*

Em um primeiro momento, no comentário acima cria-se uma ilusão acerca da validação que o autor dá para a causa não binária. Todavia, a conjunção adversativa “mas” revela uma contraposição e desmantela essa ilusão, e uma das estratégias para embasar o posicionamento discursivo do sujeito é afirmar que a androginia da língua é um “elitismo acadêmico”. Sendo impossível enxergar o discurso como uma balança, que mede quantidade de argumentos contrários e favoráveis, não podemos conceber a publicação como neutra, mas pode-se dizer que a carga ideológica que interpela o sujeito o coloca em uma tomada de posição de contraposição à FD de luta LGBTQ+ pela inclusão não binária na língua.

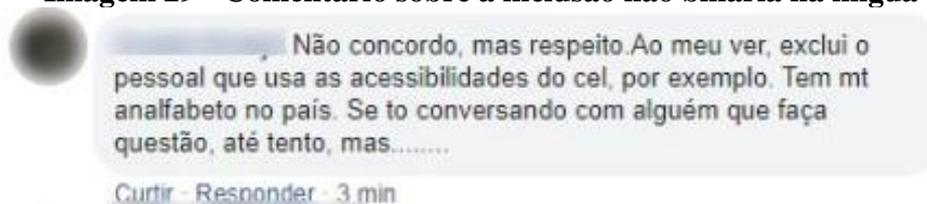
Ao categorizar a luta não binária como “elitismo acadêmico”, é possível pressupor que o sujeito categoriza as pessoas sem conclusão do ensino básico como pobres, e que elas são, portanto, incapazes de compreender a neutralidade de gêneros gramaticais por não terem formação escolar, e pela submersão delas no binarismo. Essa classificação exprime a inscrição do sujeito em uma FD burguesa que desconsidera o pobre analfabeto, ou sem formação, como falante nativo que é capaz de compreender a língua. Também permite pressupor que, para o sujeito, a classe social mais baixa não discute as questões de gênero e sexualidade, de maneira que ignora a comunidade LGBTQ+ pobre. O sujeito se distancia tanto dessas pessoas “que não possuem o fundamental completo”, que considera a submersão no binarismo como uma realidade

apenas delas, e não de todos nós, inclusive dele, já que vivemos em uma sociedade que apresenta em seu cerne a heterossexualidade compulsória (BUTLER, 1990).

A reafirmação da importância da discussão colocada na cadeia enunciativa “é importante? Sim” é silenciada novamente pela conjunção adversativa “mas”, que abre espaço para uma contra-argumentação que tem como motivação convencer o leitor da inviabilidade da inclusão não binária na língua, pois, ao afirmar que “é um trabalho de chão escolar”, o sujeito insere críticas e ressalvas que a sociedade enxerga como cansativas e burocráticas para se superar. Além disso, também existe a dificuldade de se ensinar sobre sexualidade e gênero nas instituições escolares, em virtude do silenciamento ao qual o professor é submetido pelas famílias e pelo Estado de ideologia conservadora.

Ao denominar a neutralidade de gêneros gramaticais como “língua neutra”, há um deslocamento das pessoas não binárias da categoria humana, ainda que de forma inconsciente, e, semelhantemente, também não considera esse grupo de pessoas como transexuais por não estarem de acordo com o gênero feminino ou masculino. Entretanto, ainda não é rompida a inscrição do sujeito em uma FD de luta LGBTQ+, mesmo com as várias críticas, pois essas ressalvas são características da tomada de posição do sujeito de contraposição à Forma-Sujeito da FD de luta LGBTQ+ pelas pessoas que oscilam entre os gêneros socialmente impostos como padrões ou não se identificam com nenhum deles.

Imagem 29 - Comentário sobre a inclusão não binária na língua



Fonte: Print screen do Facebook (2021)

Ainda que a conjunção adversativa “mas”, presente na Imagem 29, produza um efeito de sentido de abrandar o impacto negativo da oração anteposta a ela, por expressar respeito e afirmar que há uma tentativa de conversar com pessoas do gênero não binário que fazem questão da neutralidade do gênero gramatical, é impossível afirmar que há uma plena identificação do sujeito com a FD de luta LGBTQ+.

A atribuição de dois exemplos de obstáculos que inviabilizam a inclusão não binária na língua permite vislumbrar as críticas à FD de luta LGBTQ+ pela inclusão não

binária na língua. Dentre essas críticas, a menção de pessoas com deficiência acontece de maneira que marca o pouco contato do sujeito com esse grupo: “pessoal que usa acessibilidades do cel”. A escolha do termo “pessoal” silencia a individualidade e subjetividade daqueles que se utilizam de recursos disponibilizados nos aparelhos eletrônicos para leitura daquilo que está escrito na tela, além de permitir identificar uma FD capacitista, já que coloca a pessoa com deficiência em uma posição de incapacidade de compreender as estratégias de inclusão não binária na língua.

Outro exemplo apresentado pelo sujeito com finalidade de crítica é o de mencionar o problema de analfabetismo no país. No entanto, considerar que ser analfabeto limita a compreensão do falante acerca das mudanças na língua evidencia uma FD burguesa que concebe o padrão normativo da língua como único possível de ser compreendido, então seria o mesmo que dizer que se o analfabeto não estiver de acordo com a norma, ainda que falante da língua, ele não teria acesso ao entendimento de determinado enunciado.

Para analisar os dizeres “se to conversando com alguém que faça questão, até tento, mas.....” é preciso se atentar a três aspectos. Um deles é a expressão “alguém que faça questão”, em que ‘alguém’ é um sujeito não binário, e o ato de fazer questão produz um efeito de sentido que vai para além de simplesmente pedir, pois trata-se de um sujeito que não aceita de forma alguma ser referido dentro da binariedade. Portanto, quando esse sujeito está em uma situação de diálogo com uma pessoa não binária, ele ainda tenta tratá-la no masculino ou feminino, e só não o faz se ela não aceitar e fizer “questão” da neutralização de gênero gramatical.

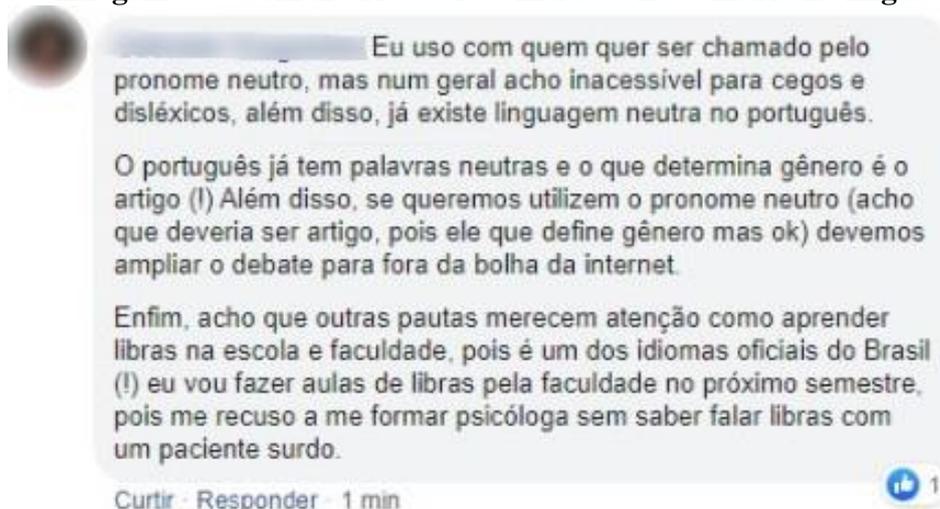
Outro aspecto é o enunciado “até tento”, onde o advérbio de inclusão “até” produz o efeito de sentido que inclui uma tentativa, mas que não ultrapassa disso, e não há certeza de uso. Por último, para reiterar a limitação de empenho em utilizar a neutralidade de gêneros gramaticais com pessoas não binárias, a conjunção adversativa “mas” é posta pelo autor a fim de apresentar barreiras que o impossibilitam de se comunicar dessa forma. Entretanto, não são explicitamente citados os empecilhos, pois posposta a conjunção há apenas reticências. Além disso, caso fosse uma simples reticências (três pontos), seria possível dizer que se trata de uma interrupção enunciativa para que o leitor subentenda o significado, porém, há oito pontos, o que toca o exagero. Essa escolha produz o efeito de sentido de que há inúmeras ressalvas que impedem o sujeito de neutralizar os gêneros gramaticais para referenciar uma pessoa não binária com a qual ele está dialogando.

Há um movimento argumentativo muito interessante que colabora para a construção de uma ilusão de neutralidade no posicionamento discursivo do sujeito autor. Tal movimento é feito ao colocar uma afirmação contrária seguida de uma expressão que suaviza, ao ponto de parecer favorável. A publicação é, portanto, ordenada da seguinte maneira:

“Não concordo” – contrário – “mas respeito” – supostamente favorável – “Ao meu ver, exclui o pessoal que usa as acessibilidades do cel, por exemplo. Tem mt analfabeto no país.” – contrário – “Se to conversando com alguém que faça questão, até tento” – supostamente favorável – “mas.....” – contrário.

Assim, a sequência enunciativa, de maneira intercalada, constrói uma ilusão de posicionamento discursivo neutro, mas não é possível que haja esse posicionamento. Temos, então, um sujeito que não concorda plenamente com a FD de luta LGBTQ+, mas também que não rompe com ela, pois a partir do momento que uma pessoa não binária pedir para ser utilizado um marcador de gênero gramatical neutro, esse sujeito vai acatar ao pedido, porque a respeita. Dessa forma, apesar das várias críticas, ainda há a possibilidade de uso para esse sujeito, pois ele abraça a causa mesmo sem concordar. Verificamos, portanto, uma contraidentificação do sujeito com a Forma-Sujeito da FD de luta LGBTQ+ pela inclusão de marcadores de neutralidade de gênero gramatical na língua portuguesa.

Imagem 30 - Comentário sobre a inclusão não binária na língua



Fonte: *Print screen do Facebook (2021)*

O primeiro enunciado da Imagem 30 exprime que o sujeito atende aos pedidos individuais de pessoas não binárias, permitindo pressupor, dessa forma, que o mesmo

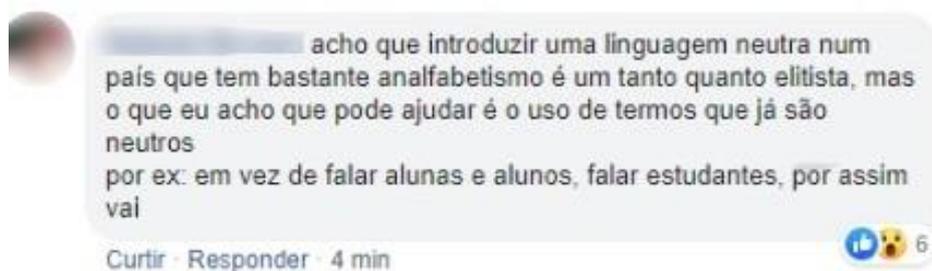
não utiliza a inclusão de outros gêneros gramaticais em enunciados coletivos. Entretanto, posposto ao enunciado, há a conjunção adversativa “mas”, que expõe uma série de argumentos que apontam para o posicionamento discursivo do sujeito.

Um dos argumentos utilizados marca a inscrição do sujeito em uma FD capacitista, por ele ter afirmado que a neutralidade de gêneros gramaticais é inacessível aos cegos e disléxicos, colocando-os em uma posição limitada e de incapacidade para aprender. Ademais, a marca do social que o sujeito ocupa é acadêmica, pois trata-se de alguém que frequenta a faculdade, que diz cursar psicologia, e por isso lhe preocupa como irá atender pacientes surdos, reaparecendo a FD capacitista, porque aprender Libras e, simultaneamente, adotar a neutralidade de gêneros gramaticais em enunciados não é algo impossível.

A FD de purismo linguístico é exprimida no seguinte enunciado: “o português já tem palavras neutras e o que determina gênero é o artigo”. Dessa forma, é permitido pressupor que, para o sujeito, não há necessidade de se alterar a língua, uma vez que ela já contempla a neutralidade, o que, portanto, já a torna inclusiva. Também, ainda no mesmo parágrafo, é reiterada a falta de necessidade de alteração em diversas classes gramaticais, visto que, segundo ele, é apenas o artigo que define gênero, desconsiderando, assim, as vogais temáticas que concordam com o gênero do artigo. Dessa forma, é demonstrado um saber construído com base em teoria gramatical, mas, em decorrência do que foi dito, é possível perceber um desconhecimento do sujeito acerca das classes gramaticais da língua, ainda que as use para realiza críticas e questionamentos na publicação.

Ainda no comentário, também é visto um recurso utilizado para chamar a atenção do leitor para um argumento específico, que é o de colocar um ponto de exclamação entre parênteses, tratando-se de uma estratégia propiciada pelo ciberespaço. A discussão acerca da (in)visibilidade não binária na língua foi viabilizada por esse meio e, ainda assim, é afirmado pelo sujeito que o debate deveria ser ampliado para “fora da bolha da internet”. Essa justificativa, apesar de ser uma crítica, ainda não é suficiente para romper a identificação do sujeito com a FD de luta LGBTQ+, mas também não se trata de uma plena identificação, portanto, é uma contraidentificação com essa Forma-Sujeito.

Imagem 31- Comentário sobre a inclusão não binária na língua



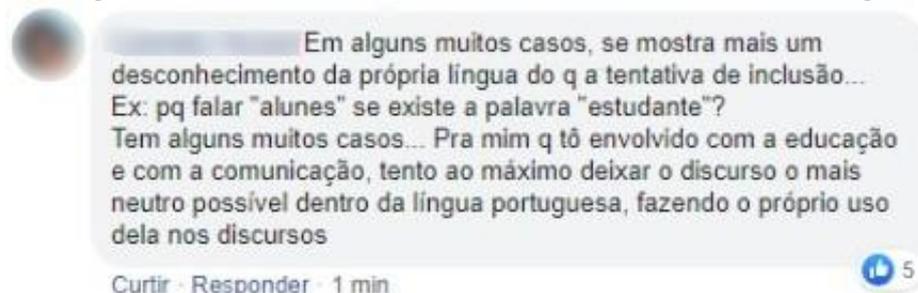
Fonte: *Print screen do Facebook (2021)*

A categorização do posicionamento discursivo do sujeito autor do comentário é possível de ser feita a partir do enunciado “acho que introduzir uma linguagem neutra num país que tem bastante analfabetismo é um tanto quanto elitista”, dado o uso da expressão “linguagem neutra”, que desloca o sujeito não binário da espécie humana, como dito em análises anteriores. Além disso, outro aspecto que colabora para a categorização do posicionamento discursivo do sujeito é a afirmação de que a luta não binária é elitista, se posta diante do problema do analfabetismo no país. Nesse caso, percebe-se que a concepção de língua do sujeito é pautada na gramática normativa, e que desconsidera que o falante nativo não precisa ler e escrever para entender o funcionamento da língua.

Posterior aos primeiros enunciados, a conjunção adversativa “mas” aparece, produzindo o efeito de sentido de que os próximos dizeres serão opostos aos anteriores. Dessa maneira, estabelece-se uma afinidade com a FD de luta LGBTQ+, que é sustentada pelo termo “ajudar”, quando o sujeito oferece uma solução para se referir às pessoas não binárias sem alterar a língua. Ainda que essa ajuda não tenha caráter favorável à luta não binária, e por marcar uma FD de purismo linguístico, que concebe a língua como pronta e acabada, de maneira que não necessita de nenhuma alteração, pois ela dá conta de todas as demandas dos falantes, não é possível afirmar que o sujeito rompe com a FD de luta LGBTQ+, pois ele a questiona e a critica, mas não desiste da pauta, dado que ainda há o oferecimento de uma solução para o conflito de interesses.

Sendo assim, não há uma plena identificação, porque o sujeito em questão não abraça a causa não binária sem questionar, então a sua posição-sujeito é de contraidentificação com a FD de luta LGBTQ+ pela inclusão do gênero gramatical não binário na língua portuguesa.

Imagem 32 - Comentário sobre a inclusão não binária na língua



Fonte: *Print screen do Facebook (2021)*

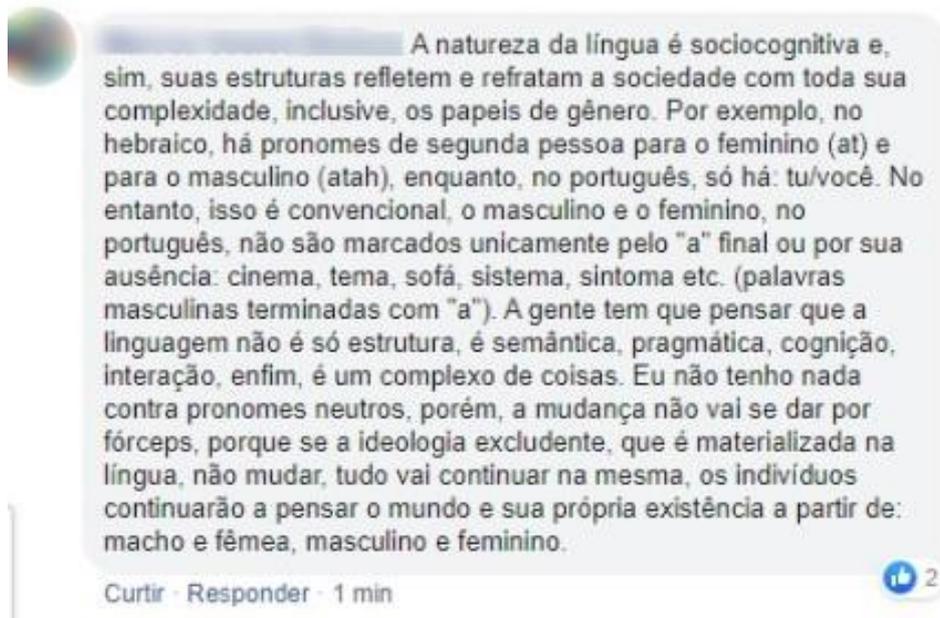
No comentário acima, o enunciado “em alguns muitos casos” alude às pessoas favoráveis à luta não binária, que fazem uso da neutralização dos marcadores de gênero gramatical, a fim de acusá-las de desconhecer a própria língua. O exemplo apresentado ilustra que algumas palavras sinônimas podem suprir essa reivindicação de neutralização do gênero, como substituir “alunes” por “estudantes”. Dessa maneira, é possível perceber que o sujeito está alocado em uma FD de purismo linguístico que considera a língua como completa e, conseqüentemente, que ela já apresenta soluções para as demandas dos falantes sem precisar de alteração.

Além disso, a ilustração exposta acaba por silenciar a causa não binária de maneira que a invalida. Esse exemplo, entretanto, que apresenta a troca do termo neutralizado “alunes” por “estudante”, não é eficaz, uma vez que há necessidade de empregar o artigo e, dentro da norma, só há disponibilidade do gênero feminino e masculino, o que não contempla pessoas de gênero não binário.

A marca do social do sujeito autor da publicação é de quem está envolvido profissionalmente na educação e, portanto, que deve discursar da maneira mais inclusiva possível, dado que há possibilidade de se deparar com alunos de múltiplas identidades de gênero. Todavia, a estratégia de buscar dentro da língua portuguesa palavras que já sejam neutras é falha, por desconsiderar a concordância nominal.

Assim, ao afirmar que busca discursar de maneira inclusiva, mesmo que de forma defectiva, o sujeito mostra conhecimento da existência de pessoas não binárias e de suas demandas. A tentativa de integrá-las permite perceber que, mesmo estabelecendo críticas e questionamentos acerca da FD de luta LGBTQ+, o sujeito ainda está inscrito nela, de maneira que sua tomada de posição é de contraidentificação com essa Forma-Sujeito.

Imagem 33 - Comentário sobre a inclusão não binária na língua



Fonte: *Print screen do Facebook (2021)*

A concepção de língua para o sujeito é pautada em sua natureza sociocognitiva, que leva em consideração os aspectos sociais do falante que modificam a mesma. Dentre os aspectos sociais, é possível perceber que o sujeito concebe o gênero como um papel e, posteriormente, exemplifica as mudanças de pronomes entre línguas diferentes: hebraico e português. A partir disso, é possível apreender uma FD teórico-científica, a qual o sujeito autor está alocado.

Atentando aos fatores sociais complexos que interferem na língua, tal qual o papel de gênero, citado na publicação, é possível inferir que seu posicionamento discursivo é de identificação. Entretanto, ao contrapor a divisão pronominal e as marcações do feminino e do masculino do hebraico e do português, o sujeito afirma que “isso é convencional”, estabelecendo a primeira crítica à Forma-Sujeito da FD de luta LGBTQ+ pela inclusão não binária na língua portuguesa. Em seguida, usar o argumento de que existem palavras masculinas finalizadas em –A reitera a pista anterior. Assim, é possível perceber que o sujeito questiona a FD de luta LGBTQ+, mas ainda se identifica com ela.

Posteriormente, a afirmação “a gente tem que pensar que a linguagem não é só estrutura, é semântica, pragmática, cognição, interação, enfim, é um complexo de coisas” reitera a FD teórico-científica discutida anteriormente, afinal, não há confusão entre o conceito de língua e linguagem. Em seguida, o direcionamento que critica a estrutura é acompanhado do enunciado “eu não tenho nada contra pronomes neutros”,

que reitera a tomada de posição do sujeito de contraidentificação com a FD de luta LGBTQ+ pela inclusão não binária.

A conjunção adversativa “porém” indica que a oração posterior irá contrariar aquilo que foi dito anteriormente e, de fato, há essa oposição a partir da afirmação “a mudança não vai acontecer por fórceps, porque se a ideologia excludente, que é materializada na língua, não mudar, tudo vai continuar na mesma, os indivíduos continuarão a pensar o mundo e sua própria existência a partir de macho e fêmea, masculino e feminino”. O termo “fórceps”, referente ao modo como a neutralidade do marcador de gênero gramatical foi colocado em prática no processo enunciativo com pessoas não binárias, exprime o ponto de vista do sujeito autor acerca desse método: forçado.

Ademais, o sujeito apresenta uma crítica acerca da heterossexualidade compulsória, denominando-a como “ideologia excludente” que afeta a língua e, também afirma que a alteração na língua não encerra o problema do preconceito na sociedade. É possível, a partir disso, dizer que a tomada de posição do sujeito é de contraidentificação com a Forma-Sujeito da FD de luta LGBTQ+, afinal, ele está inscrito nessa formação discursiva, apoia a causa ideológica e se indigna com o preconceito na sociedade. Entretanto, não é possível afirmar que se trata de uma identificação plena, porque há críticas e questionamentos acerca da inclusão da neutralização de gêneros gramaticais na língua, considerando-a uma mudança forçada, mas também não é uma posição de desidentificação, porque o sujeito descreve a ideologia da heterossexualidade compulsória como uma “ideologia excludente”.

É possível compreender, portanto, que a contraidentificação pode ser percebida na materialidade do discurso por meio de alguns elementos sintáticos que marcam as formações discursivas nas quais o sujeito está inscrito. Nos comentários apresentados neste tópico, os sujeitos estavam alocados em várias FDs além da de luta LGBTQ+, como as FDs de militância feminista e progressista, de forma muito semelhante às formações discursivas percebidas nos comentários analisados no tópico de plena identificação.

Apesar disso, os comentários aqui analisados também permitiram perceber uma aproximação com os do tópico de desidentificação, pelos sujeitos estarem alocados nas FDs conservadora, de purismo linguístico, burguesa e capacitista. É interessante pontuar que a inscrição dos sujeitos na FD teórico-científica é recorrente nos comentários dos três tópicos, e isso se dá porque o sujeito pode estar alocado em múltiplas FDs que são

heterogêneas. No caso da tomada de posição do sujeito de contraidentificação, ainda que este se mantenha inscrito na FD de luta LGBTQ+, ele pode também estar inscrito em outras FDs que permitem a construção de críticas e questionamentos à Forma-Sujeito em questão, o que acaba os aproximando de sujeitos que se desidentificam. A diferença é que, no caso da contraidentificação, não há ruptura com essa FD de luta LGBTQ+.

4 CONCLUSÃO

Esta investigação teve como base teórica três áreas diferentes, mas que conseguem dialogar entre si. Todo o *corpus* foi extraído do ambiente virtual, com o tema partindo do movimento feminista e da Teoria *queer*, e as análises foram realizadas à luz da Análise do Discurso e da Teoria das Mídias Digitais. Dessa forma, as áreas funcionaram em perfeita sintonia, uma fazendo parte da outra, agregando e produzindo sentido.

Tendo isso em mente, vale pensar no efeito que a infraestrutura digital tem sobre os enunciados realizados em redes sociais, que possuem potencial global, o que implica no grande alcance de lutas e causas que marcam posicionamentos ideológicos. Sendo assim, as causas sociais são cada vez mais debatidas nesse espaço e a (in)visibilidade não binária é uma delas. A importância dessa pauta se dá pelo crescente número de pessoas que não se identificam totalmente, ou parcialmente, com os gêneros feminino e masculino, de maneira que se sentem desconfortáveis dentro da própria língua nativa, que considera a marcação de gênero masculina como neutra.

Sendo que a transexualidade não é unicamente binária, os sujeitos NB e agêneros também sofrem de crises disfóricas, que podem acarretar em depressão, mutilação e suicídio e, em muitos casos, a não identificação com o gênero utilizado para se referir a essa pessoa pode ser gatilho para desencadear essa crise. Assim, o debate ganhou consistência nas redes sociais, com o apoio de alguns membros da comunidade LGBTQ+ e do movimento feminista, ainda que dentro desses grupos existam sujeitos que se opõem.

Ainda na introdução, expressei o que me motivou a pesquisar sobre o tema e a dúvida que me assolou: “há, de fato, algum posicionamento neutro nos discursos sobre a inclusão não binária na língua?” e, no decorrer da pesquisa, investiguei o que é essa inclusão não binária. Pensando em como essa neutralização dos gêneros gramaticais surgiu, é notório que foi iniciado por uma luta que partiu de dois grupos militantes atuando em simbiose. Em outras palavras, a ideologia é o que fundou essa luta e, considerando isso, ficou cada vez mais claro que é impossível que não haja uma tomada de posição diante dessa pauta.

Como os comentários foram analisados discursivamente, o vocabulário foi levado em questão, uma vez que ele é parte das performances verbais (DUBOIS, 2014). Além disso, considerando o texto como uma unidade, “em sua constituição há gestos de

interpretação que mostram a ou as posições do sujeito que a produziu” (ORLANDI, 2017, p. 171). Dito de outra forma, quando os comentários foram formulados, a posição do sujeito autor é marcada no texto e não há como dissociar, porque as formações discursivas expõem a ideologia desse enunciador.

Ainda que o texto seja uma unidade, o discurso não o é, pois não há começo absoluto, nem ponto final (ORLANDI, 2017), como se reflete nesta dissertação, dado que é impossível esgotar um discurso. Este trabalho teve como objetivo analisar um recorte, mas, ainda assim, não foi possível findar tudo o que os comentários nos apresentam.

Sabendo da impossibilidade de esgotar o que o *corpus* apresenta, trabalhei subdividindo os comentários em três categorias: plena identificação, desidentificação e contraidentificação. A divisão foi comprovada como eficaz e consistente a partir da análise discursiva, que permitiu perceber as FDs às quais os sujeitos autores estavam alocados e as estratégias argumentativas que marcaram as posições-sujeito.

Os comentários analisados categorizados com a tomada de posição de plena identificação do sujeito com a Forma-Sujeito da FD de luta LGBTQ+ pela inclusão não binária apresentaram com recorrência a inscrição dos sujeitos em FDs feminista, antirracista, progressista, humanista, inclusiva, teórico-científica e de ativismo pela minoria. É possível afirmar, portanto, que todas as formações discursivas citadas se direcionam para um caminho semelhante, e que apontam para o altruísmo, solidariedade e luta. Essas formações discursivas percebidas nos discursos dos sujeitos nos comentários são tratadas por algumas estratégias argumentativas, e uma delas é de afirmar que a língua é machista e patriarcal. Dessa forma, ao se utilizar de um saber do senso comum, que circula dentro e fora do meio acadêmico, há uma marca de posição ideológica que se opõe à superioridade masculina, inclusive na língua.

Outra forma recorrente de argumentação de sujeitos que se identificam plenamente com a FD de luta LGBTQ+ acontece através das escolhas lexicais para se referirem aos sujeitos opositores e se excluírem desse grupo, como no exemplo da Imagem 6, com o termo “o povo”. Ainda se tratando de escolhas lexicais, os opositores da causa NB são denominados com frequência como transfóbicos e, ao chamá-los dessa forma, o sujeito também se exclui desse grupo, afinal, ele não se denominaria assim e, conseqüentemente, acaba por marcar seu posicionamento discursivo.

Os comentários foram dispostos no grupo do *Facebook* chamado LDRV, causando indignação nos sujeitos que se posicionaram discursivamente com plena

identificação com a FD de luta LGBTQ+ pela causa NB, por se depararem com comentários opositores, uma vez que é um grupo pertencente aos LGBTQ+s de forma majoritária. Além disso, alguns argumentos se baseiam na experiência de vida do sujeito enunciador, como a de ser não binário ou conviver com quem é, e tais vivências colaboram para a formação ideológica do sujeito, o que afeta diretamente na formação discursiva. Outro fator que se mostrou regular nos comentários de sujeitos que se identificam plenamente com a FD de luta LGBTQ+ pela causa NB foi o uso de neutralidade de gêneros gramaticais em seus discursos, evidenciando que não apenas exprime apoio à luta, como também a coloca em prática.

O discurso contrário à priorização de lutas aparece com frequência nos comentários dos sujeitos que se posicionam discursivamente com plena identificação com a Forma-Sujeito da FD de luta LGBTQ+, significando que a existência de outras causas, como a abertura de espaço para transexuais no mercado de trabalho e acabar com agressões e homicídios de LGBTQ+s no país, não anulam a importância da inclusão não binária na língua portuguesa. Ademais, alguns métodos argumentativos foram utilizados, como recorrer aos discursos de autoridade para atestar que é uma luta válida e importante.

Em contrapartida, os comentários contrários à inclusão não binária apresentaram formações discursivas e argumentos muito opostos aos que exprimem favorabilidade à causa. Esses comentários de sujeitos que se desidentificam com a Forma-Sujeito da FD de luta LGBTQ+ permitem perceber a suas inscrições em outras FDs, e as mais recorrentes são as de purismo linguístico, conservadora, teórica, capacitista, burguesa e cristã. Em grande parte da análise, foi possível perceber que havia duas ou mais formações discursivas que constituíam o discurso desses sujeitos.

Além dessas FDs, as escolhas lexicais para se referirem ao método de neutralizar gêneros gramaticais marcaram a posição discursiva dos sujeitos como de desidentificação com a FD de luta LGBTQ+ pelos métodos de inclusão NB. Algumas delas são: “bagulho”; “negócio”; “fenômeno bolha”; “elemento da ciranda”; “viadagem”; “isso” e “coisa de militante”. Essas expressões caracterizam menosprezo e consideração com a luta não binária, e expõem o posicionamento discursivo dos sujeitos autores.

Algumas concepções aparecem periodicamente, tais como a de língua perfeita, porque está pronta e finalizada, e que, por isso, não há motivos para alterar nada nela, até por já suprir todas as demandas da sociedade. Outra concepção recorrente é de que a

língua é estritamente normativa, e que qualquer uso que fuja da norma é equivocado e inválido.

Foi possível perceber que os sujeitos que se desidentificam com a FD de luta LGBTQ+ pela inclusão não binária negam a existência dessa causa. Para embasamento da posição discursiva, alguns argumentos se mostram regulares, entre eles o de que esse método de comunicação atrapalha as pessoas com deficiência e, portanto, que ao invés de incluir os não binários, as pessoas favoráveis deveriam aprender Libras para serem inclusivas. Outro argumento é o de pautar a taxa de analfabetismo do país, associando o problema aos mais pobres e trabalhadores, pois, na concepção do sujeito que se apresenta contrário à inclusão NB na língua, eles não seriam capazes de compreender essas alterações que são vistas como um jogo de troca indiscriminada de letras no final das palavras.

No decorrer do tópico 3.7, as análises discursivas permitiram concluir que a contraidentificação pode ser percebida por alguns elementos sintáticos, parte deles aparecendo com uma frequência maior, e o que chamou mais atenção foi o uso das conjunções adversativas “mas” e “porém”, que tinham como função utilizar a oração anterior para abrandar o impacto da posterior, que lhe é oposta. Essa estratégia também foi usada em sequências enunciativas.

Ainda sobre o tópico 3.7, as análises discursivas permitiram perceber que grande parte dos enunciados afirma respeito às pessoas não binárias, quando atendem aos pedidos individuais. Todavia, após alguma conjunção adversativa, há tentativas de desmantelamento de argumentos contrários ou favoráveis à causa NB, que apresentavam críticas e/ou questionamentos sobre a Forma-Sujeito da FD de luta LGBTQ+. Um exemplo recorrente é a tentativa de suprir a demanda não binária utilizando recursos já existentes na língua, como apenas trocar termos por sinônimos.

Tanto os posicionamentos favoráveis, quanto contrários apresentaram pontos de fragilidade no método de neutralização de gêneros gramaticais. No entanto, os favoráveis são aqueles cuja tomada de posição dos sujeitos é de plena identificação, e eles estabelecem críticas construtivas, ao passo que os contrários, representados por sujeitos que se desidentificam, argumentaram para inviabilizar a luta não binária.

Além disso, não havendo um posicionamento discursivo neutro, as FDs são fundamentais para identificar se o sujeito apresenta uma posição de favorabilidade ou opositora à causa NB. É interessante perceber que as FDs que marcaram o posicionamento discursivo favorável se repetem, sendo as de militância feminista e

progressista as mais usadas. O mesmo acontece com as formações discursivas que compõem o posicionamento contrário, que são: conservadora, purismo linguístico, burguesa e capacitista. Em outras palavras, as FDs revelaram que não há possibilidade de um discurso neutro, pois elas refletem o posicionamento ideológico do sujeito, se este é marcadamente favorável ou contrário a alguma causa, indicando, por fim, a tomada de posição do sujeito em: plena identificação, desidentificação ou contraidentificação.

As análises também permitiram perceber três pontos em comum nos posicionamentos discursivos. O primeiro, é o uso de símbolos propiciados pelo ciberespaço, com a finalidade de frisar uma informação ou de chamar atenção para aquilo que seja importante para o sujeito, o que acontece independente do posicionamento, porque se trata de uma estratégia argumentativa. O segundo ponto, é o uso de aspas para retomar o discurso de outro sujeito, a fim de embasar o seu próprio. Esse fenômeno aconteceu de duas maneiras distintas, retomando discursos: que reafirmam o posicionamento do sujeito ou que vão de contramão a esse posicionamento, com a finalidade de refutá-lo. Por fim, a terceira ocorrência comum nos dois posicionamentos, e que apareceu com grande frequência, é a FD teórico-científica, sendo possível atestar, então, que os sujeitos inscritos em todas as posições conhecem o funcionamento da língua ou são estudiosos da área.

Sabendo que, do ponto de vista discursivo, é inevitável se posicionar diante de alguma causa, este trabalho surgiu para contribuir nos debates sociais. Vale lembrar que somos sujeitos porque somos interpelados pela ideologia, e que nem todos apresentamos uma mesma experiência de vida, culminando em diferentes opiniões e posições. Portanto, lidar com as diferenças pode ser muito rico e valioso, desde que o respeito esteja sempre em primeiro lugar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA SENADO. Aprovado projeto que proíbe discriminação de doadores de sangue por orientação sexual. **Senado Notícias**, Brasília, 04 nov. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/11/04/aprovado-projeto-que-proibe-discriminacao-de-doadores-de-sangue-por-orientacao-sexual> Acesso em: 06 jan. 2022.

AGÊNCIA SENADO. Projeto que regulamenta união homoafetiva permanece na pauta do Plenário. **Senado Notícias**, Brasília, 28 jul. 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/11/28/projeto-que-regulamenta-uniao-homoafetiva-permanece-na-pauta-do-plenario>. Acesso em: 06 jan. 2022.

ALENCAR, Dalva; BARBOSA, Maria; CUNHA, Allana; DIAS, Daise. A língua é machista? Reflexões sobre questões de gênero nos estudos gramaticais de língua portuguesa. *In*: CONEIL, 1., 2020, Pernambuco. **Anais [...]**. Paraíba: Realize Eventos Científicos e Editora, 2020. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/coneil/2020/TRABALHO_COMPLETO_EV144_MD1_SA3_ID58025102020100531.pdf. Acesso em: 06 jan. 2022.

BAGNO, Marcos. Dialeto. *In*: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; VAL, Maria da Graça Costa; BREGUNCI, Maria das Graças de Castro (org.). **Glossário Ceale**: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2014. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/dialeto>. Acesso em: 06 jan. 2022

BAGNO, Marcos. Linguagem. *In*: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; VAL, Maria da Graça Costa; BREGUNCI, Maria das Graças de Castro (org.). **Glossário Ceale**: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2014. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/linguagem>. Acesso em: 06 jan. 2022

BRASIL. **Decreto nº 8.727, 28 de abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Presidente da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm. Acesso em: 06 jan. 2022.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: Os limites discursivos do “sexo”. Tradução de Veronica Daminelli; Daniel Yago Françoli. São Paulo: N-1 Edições: Crocodilo Edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

CAÊ, G. **Manual para o uso da Linguagem neutra em Língua Portuguesa**. [S.l.:s.n]. 2020. Disponível em:

<HTTPS://drive.google.com/file/d/16BQ59w4ePbUqMAzrFwUiCsz3r9zJw9XL/view>.
Acesso em: 06 jan. 2022.

CÂMARA JÚNIOR, M. **Estrutura da língua Portuguesa**. 40. ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2007

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venancio Majer. - 21ª edição, revista e ampliada. - São Paulo: Paz e Terra, 2020.

CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venancio Majer. - 7ª edição - São Paulo: Paz e Terra, 2020.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Tradução Vera Lúcia Mello Joscelyne; revisão de tradução de Isabela Machado de Oliveira Fraga. - 4ª edição - São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade: a era da informação**, volume 2; tradução Klauss Brandini Gerhardt. - 9ª edição - São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

DE LAURETIS, Teresa. **Technologies of Gender: Essays on Theory, Film and Fiction**. Bloomington: Indiana University Press, 1989.

FERNANDES, Edna. O sujeito do discurso em AD: um estudo analítico. **MEMENTO - Revista de Linguagem, Cultura e Discurso**, Três Corações, v. 08, n. 2, p.1-17, Jul/Dez de 2017. Disponível em:
http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/4251/pdf_101. Acesso em: 06 de jan. de 2022.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)**. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: O uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Revisão técnica José Augusto Guilhon Albuquerque. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização de Roberto Machado. Revisão técnica Roberto Machado. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FRANCO, Juliana. Linguagem neutra: debate deve ser levado a sério, defende linguista. **Unicamp**, São Paulo, 26 nov. 2020. Disponível em:
<https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/tv/direto-na-fonte/2020/11/26/linguagem-neutra-debate-deve-ser-levado-serio-defende-linguista>. Acesso em: 12 jan. 2021.

GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar discursivo à posição sujeito: os movimentos do sujeito-jornalista no discurso de divulgação científica. *In*: MITTMANN, Solange;

GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (orgs). **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova 2008, p. 47-65.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). *In*: GADET, Françoise (org.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Tony Hak. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

INDURSKY, Freda. Da interpelação À falha no ritual: a trajetória da noção de formação discursiva. *In*: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção – conceito de Formação Discursiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007, p. 75-87.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso, *In*: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana. (orgs). **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p. 47-65.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. *In*: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. (orgs). **Memória e história na/da Análise do Discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011, p. 67-89.

KLEIN, Nessana; PEREZ, Bruna Gabriela; SCHWANKE, Rubia Beatriz. O que o jeito LDRV de contar histórias tem a ensinar para a publicidade. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 14., 2018, Cascavel, PR. **Anais [...]**: São Paulo: Intercom, 2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/sul2018/resumos/R60-0763-1.pdf>. Acesso em: 02 maio 2021

LAGARES, Xóan Carlos. **Qual política linguística?: desafios glotopolíticos contemporâneos**. São Paulo: Parábola, 2018.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. São Paulo: Editora 34, 1993.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2000.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

LGBTQ+ e suas abrangências. **Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP**. Disponível em: <https://prceu.usp.br/uspdiversidade/lgbtq-e-suas-abrangencias/> . Acesso em: 12 jan. 2021.

LOUREIRO, Marlene. **O Gênero no Discurso de Opinião na Imprensa Portuguesa**, 2014. (Livros LabCom). Disponível em: https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/20140710-201401_mloureiro_generodiscursoopinio.pdf . Acesso em: 15 jun. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

LUCCHESI, Dante; PIKANÇO, Hellen. Análise sociolinguística da variação na concordância nominal de gênero no português indígena sateré-mawé da Amazônia. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 36-80, dec. 2021. ISSN 2317-4153. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/rc/index.php/rc/article/view/452>. Acesso em: 08 set. 2021.

MAGALHÃES, José. “**Gênero neutro em PB: possibilidades e limites do sistema**” (SCHWINDT, L. C). [S.l.], 24 set. 2020. Youtube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?app=desktop&feature=youtu.be&v=d8u8h0zcPsI&ab_channel=Gefono . Acesso em: 12 jan. 2021.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais**: linguagens, ambientes, redes. Petrópolis, RJ : Vozes, 2015.

MASANO, Vivian. A problemática da linguagem neutra: seria o português capaz de incorporá-la? **Gazeta do Povo**, Paraná, 22 set. 2020. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/a-problematica-da-linguagem-neutra-seria-o-portugues-capaz-de-incorpora-la/?fbclid=IwAR3A_bIDvVsg1H8Jkfp_tij0PBn_hGsqMblvxHAYUc3HyTplc_QiyNZhJs . Acesso em: 12 jan. 2021.

MELLO, Monique. Neutralização de Gênero: Doutor em Letras explica se faz sentido. **Pleno.news**, Rio de Janeiro, 19 nov. 2020. Disponível em: <https://pleno.news/educacao/neutralizacao-de-genero-doutor-em-letras-explica-se-faz-sentido.html>. Acesso em: 05 dez. 2020.

MOITA Lopes, Luiz Paulo da. *et al.* **Português no século XXI**: cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

MOURA, Jonathan. Língua(gem) e gênero neutro: uma perspectiva discursiva no português brasileiro. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. Campinas, SP, v. 24, n. 47, p. 146-163, jan/jun 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8660785/27348> Acesso em: 06 Jan. 2022.

OLIVEIRA, Kainã de. Linguagem neutra: movimento social e parte da evolução da língua. **Planeta**, [S.l.], 22 fev. 2021. Disponível em: <https://www.revistaplaneta.com.br/linguagem-neutra-movimento-social-e-parte-da-evolucao-da-lingua/> . Acesso em: 29 maio 2021

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos, Campinas, SP. Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: No movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido e ideologia. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **O que é linguística**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A ordem da Língua e a Dêixis discursiva (uma crítica ao linguisticamente correto). *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Eu, Tu, Ele**: Discurso e Real da História. 2. ed. Campinas, SP: Ed. Pontes, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Ser diferente é ser diferente: a quem interessam as minorias?. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli. (org.). **Linguagem, Sociedade, Políticas**. Campinas: RG Editores, 2014, p. 29-38.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Texto e discurso**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PAVEAU, Marie-Anne. **Análise do discurso digital**: dicionário das formas e das práticas. Organização de Julia Lourenço Costa; Roberto Leiser Baronas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). *In*: GADET, Françoise (org.). Tradução de Tony Hak. **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Ed. Unicamp, 1997, p. 61-162.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso. *In*: GADET, Françoise (org.). Tradução de Tony Hak. **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Ed. Unicamp, 1997, p. 163-179.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni P. Orlandi. 7. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

PONSONI, Samuel; BARONAS, Roberto Leiser. Equívocos e contradições na argumentação discursiva: processos de emersão do silêncio em casos das mídias digitais brasileiras. **Signum: Estudos da Linguagem**, [S.l.], v. 22, n. 1, p. 9-26, jul. 2019. ISSN 2237-4876. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/35730>. Acesso em: 08 nov. 2020.

RIBEIRO, Ana Elisa. **Escrever Hoje**: palavra, imagem e tecnologias digitais na educação. São Paulo: Parábola, 2018.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Tradução de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SOUSA, Katia Menezes de; PAIXÃO, Humberto Pires da (org.). **Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade**. São Paulo: Intermeios; Goiânia: UFG, 2015.

SCHWINDT, L. C. Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico. **Revista da ABRALIN**, v. 19, n. 1, p. 1-23, 17 nov. 2020.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

TOLEDO, Giuliana de. Linguistas discutem a neutralização do gênero gramatical. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 nov. 2020. Disponível em: https://oglobo.globo.com/epoca/sociedade/linguistas-discutem-neutralizacao-do-genero-gramatical-1-24757293?%3Futm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=post&fbclid=IwAR00EqboYAGQvsc0_BbJ4XeXdXi1eCfCXzBW3NiEfxs2PN0txO5Z8X_8S4g. Acesso em: 12 jan. 2021.

VINICIUS, Bruno. Linguagem não-binária: o reconhecimento de um grupo dentro da língua portuguesa. **Folha de Pernambuco**, Pernambuco, 09 ago. 2021. Disponível em: [https://www.folhape.com-br.cdn.ampproject.org/v/s/www.folhape.com.br/noticia/amp/193117/linguagem-nao-binaria-o-reconhecimento-de-um-grupo-dentro-da-lingua/?amp_gsa=1&_js_v=a6&usqp=mq331AQIKAGwASCAAgM%3D#amp_tf=De%20%251%24s&aoh=16289523068496&csi=0&referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&share=https%3A%2F%2Fwww.folhape.com.br%2Fcultura%2Flinguagem-nao-binaria-o-reconhecimento-de-um-grupo-dentro-da-lingua%2F193117%2F](https://www.folhape.com.br/cdn.ampproject.org/v/s/www.folhape.com.br/noticia/amp/193117/linguagem-nao-binaria-o-reconhecimento-de-um-grupo-dentro-da-lingua/?amp_gsa=1&_js_v=a6&usqp=mq331AQIKAGwASCAAgM%3D#amp_tf=De%20%251%24s&aoh=16289523068496&csi=0&referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&share=https%3A%2F%2Fwww.folhape.com.br%2Fcultura%2Flinguagem-nao-binaria-o-reconhecimento-de-um-grupo-dentro-da-lingua%2F193117%2F), Acesso em: 12 ago. 2021.